

KELSEN ALINE KASSBURG

EVASÃO ESCOLAR: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

KELSEN ALINE KASSBURG

EVASÃO ESCOLAR: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Profa. Ineiva Terezinha Kreutz
Louzada**

**TOLEDO
2008**

KELSEN ALINE KASSBURG

EVASÃO ESCOLAR: UMA EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

**Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Serviço Social,
Centro de Ciências Sociais Aplicadas da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
como requisito parcial à obtenção do grau
de Bacharel em Serviço Social.**

**Orientador: Profa. Ineiva Terezinha Kreutz
Louzada**

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Ineiva Terezinha Kreutz Louzada
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Ms. Cleonilda Sabaini Thomazini Dallago
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profa. Marise Wazlawosky Christmann
Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Toledo, 03 de novembro de 2008.

Aos meus pais, Arlindo e Diair
Ao meu namorado, Bender
E as gurias da “República sem nome”:
Andressa, Déia, Manú e Sá.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida e por ter colocado tantas outras vidas maravilhosas no meu caminho.

Aos meus pais, por terem me ensinado tudo o que sei dando-me o exemplo: a amar, a respeitar, a ser honesto, a lutar, a viver de maneira digna! Obrigada por fazerem o possível e o impossível para que eu chegasse até aqui, obrigada pelo carinho, afeto, compreensão e por todo esforço que tiveram que fazer para conseguir me manter fora de casa por esses quatro anos. Obrigado por serem os melhores pais que alguém poderia ter! Amo vocês.

Aos meus irmãos, pela preocupação, pelas conversas, pelos momentos alegres, as brigas, que depois chegavam a ser engraçadas... Obrigada pelas demonstrações de carinho e afeto. Amo vocês!

Ao meu irmão Valter e sua família, por terem me recebido em sua casa e acolhido durante seis meses. Obrigada por tudo, desculpem por qualquer coisa.

Ao meu namorado, pelos momentos bons que só foram possíveis estando com ele, pela ajuda na construção deste TCC, por praticamente esquecer que tinha um quarto e um computador que “eram” seus, por cuidar de mim, por me carregar pra lá e pra cá atrás de questionários, por cuidar de mim, obrigada por tudo! Amo-te.

A minha família em Toledo, Andressa, Déia, Manú, Sá, por todos os momentos vividos durante esses quatro anos de faculdade. Obrigada por me aceitarem como integrante da “República Sem Nome”. Passamos por muitas juntas: casa que chovia dentro, apartamento que por muitas vezes alagou e, não bastando, quase pegou fogo, mudança no meio do ano... É, superamos! Adoro vocês.

A Déia, por ser companhia certa nas visitas a médicos e afins... Por sempre ter um chá ou um remedinho pra dor, por cuidar de mim quando precisei. Por ser a primeira a falar comigo quando eu cheguei à faculdade: super perdida! Por ser a amiga e meio mãezona. Obrigada guria! Vai estar sempre comigo, mesmo que no coração.

A Sá, por ser sempre a mais engraçada, porém mais sensata de nós, a pessoa que sempre tinha a solução mais certa. Obrigada pela amizade, pelas conversas e conselhos! Te adoro garota.

A Andressa por nos fazer rir com seu estresse, principalmente matinal, e por sempre responder as minhas mais diversas perguntas. Obrigada pela amizade!

A Manú, por sempre estar presente quando necessário.

A Lidi, a Cátia, a Monica e a Carol, por me aceitarem como amiga. Pelas festas, pelas risadas, pelas conversas, pela companhia. Vocês tornaram a jornada mais alegre. Jamais vou esquecer vocês.

A Vânia, supervisora e amiga, obrigada pela compreensão, pelo carinho, paciência e amizade.

A minha orientadora, Ineiva, pela imensa colaboração na construção deste trabalho. Obrigada pela paciência, dedicação, preocupação e por acreditar que daria certo. Obrigada por ter me aceitado como orientanda!

A todos os colegas que estiveram presentes na jornada acadêmica.

As escolas que responderam ao questionário da pesquisa empírica, obrigada! Vocês foram peça principal na construção deste trabalho.

Aos professores do curso de Serviço social que contribuíram na minha formação profissional.

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná juntamente com todos os seus funcionários, por proporcionar a oportunidade de cursar o ensino superior e por trabalharem para que fosse possível cursá-lo.

A todos que não tiveram seus nomes mencionados, mas que, de uma forma ou de outra ajudaram para que a construção deste chegasse ao seu final, meu muito obrigado!

Democracia com fome, sem educação e saúde
para a maioria, é uma concha vazia.

NELSON MANDELA

KASSBURG, Kelsen Aline. **Evasão Escolar: Uma expressão da Questão Social**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social). Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – *Campus* – Toledo, 2008.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem como Tema “Evasão Escolar: desafios do processo educacional” e como Problema “As expressões da “questão social” são fatores determinantes para a evasão escolar?”. A opção pelo Tema se deu pelo fato de, ao estar inserida como estagiária de Serviço Social dentro de uma instituição de ensino, perceber o quanto a evasão escolar é incidente e o quanto ocasiona perdas aos alunos que, por inúmeras causas, optam ou tem de abandonar a escola. Para entender esta problemática, o primeiro Capítulo aborda a política social da educação através de um resgate sócio-histórico da educação brasileira, dando ênfase aos principais acontecimentos econômicos, sociais e políticos que resultam na forma de como a educação é conduzida e, em seguida, busca discutir um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro: a evasão escolar. Considerando a evasão escolar a partir de uma perspectiva que só pode ser apreendida a partir das condições sociais, econômicas e políticas e, considerando que as expressões da “questão social” são fatores determinantes para a ocorrência deste problema, tem-se claro a relevância da inserção de profissionais do Serviço Social no campo educacional, uma vez que a “questão social” é objeto de intervenção destes, sendo esta a temática abordada ao final do Capítulo 1. No Capítulo 2 são trazidos os dados da pesquisa empírica realizada nas escolas de ensino médio da rede estadual dos bairros e centro da cidade de Toledo – Paraná. É feita a discussão sobre a evasão escolar, entendendo-a como resultado das expressões da “questão social”. Primeiramente são abordados os aspectos metodológicos da pesquisa, seguindo com a apresentação e análise dos dados da pesquisa, esta que teve como sujeitos os Diretores das escolas e Coordenadores Pedagógicos. A amostra foi composta por 11 escolas. A análise dos dados possibilitou que o problema fosse respondido, afirmando a evasão escolar como resultante das expressões da “questão social”.

Palavras chave: Educação; Evasão Escolar; Serviço Social.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 -	GRÁFICO 1 – FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFISSIONAIS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO.....	53
Gráfico 2 -	GRÁFICO 2 – TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA ÁREA EDUCACIONAL.....	54
Gráfico 3 -	ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR POR GÊNERO.....	58
Gráfico 4 -	ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR POR SÉRIE.....	59
Gráfico 5 -	ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR POR IDADE.....	60
Tabela 1 -	INDICADORES DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL EM 2004 E 2005.....	43
Tabela 2 -	TABELA 2 – DADOS DA EVASÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO – TOLEDO/PR ANO 2006	51
Tabela 3 -	TABELA 3 – DADOS DA EVASÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO – TOLEDO/PR ANO 2007.....	51

LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-2	Ato Institucional Número 2
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Cr\$	Cruzeiro
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
E1	Escola 1
E2	Escola 2
E3	Escola 3
E4	Escola 4
E5	Escola 5
E6	Escola 6
E7	Escola 7
E8	Escola 8
E9	Escola 9
E10	Escola 10
E11	Escola 11
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FICA	Ficha de Comunicação de Aluno Ausente
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDBEN	Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEC	Liga Eleitoral Católica
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MESP	Ministério da Educação e Saúde Pública
PPP	Projeto Político Pedagógico
PR	Paraná
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES.....	8
LISTA DE SIGLAS.....	9
INTRODUÇÃO.....	11
1 EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA E A DISPUTA DE DIFERENTES PROJETOS SOCIETÁRIOS.....	13
1.1 POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA.....	13
1.2 EVASÃO ESCOLAR COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL.....	38
1.3 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR.....	44
2 EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	47
2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	48
2.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA.....	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA.....	74

INTRODUÇÃO

São inúmeros os obstáculos e problemas sofridos pelo sistema educacional brasileiro. Com este trabalho tem-se o propósito de tratar de um deles, grave e com uma incidência relevante, a Evasão Escolar. Em especial, buscar-se-á saber se as expressões da “questão social” são fatores determinantes para a ocorrência deste problema preocupante da educação brasileira, tendo assim um problema a ser respondido.

A opção pelo Tema *Evasão Escolar: desafios do processo educacional* se deu pelo fato de, ao estar inserida como estagiária de Serviço Social dentro de uma instituição de ensino, perceber o quanto a evasão escolar é incidente e o quanto ocasiona perdas aos alunos que, por inúmeras causas, optam ou tem de abandonar a escola. Ao tentar buscar as causas desse problema, este trabalho torna-se relevante para a sociedade em geral, já que para conseguir entender este aspecto e criar alternativas de solução é preciso saber quais são os fatores determinantes ou, neste caso, o que leva crianças e adolescentes a deixarem os bancos escolares, tendo em vista que é um direito que deve ser executado com vistas à cidadania dos indivíduos. Além de apresentar relevância social este tema se torna de interesse dos acadêmicos e profissionais de Serviço Social, visto que abordará a importância da inserção destes profissionais na educação.

Para compreender esta temática foi definido o seguinte Problema, objeto de estudo deste trabalho: *As expressões da “questão social” são fatores determinantes para a evasão escolar?*. Sequencialmente foram construídos os objetivos da pesquisa, tendo como Objetivo Geral *“Identificar as variáveis que contribuem para a evasão escolar e compreender sua relação com as expressões da “questão social”* e, como Objetivos Específicos: *conhecer o movimento sócio-histórico e político da história da educação brasileira; identificar as expressões da “questão social” no contexto escolar; analisar os dados qualitativos da evasão escolar nas escolas de ensino médio públicas da cidade de Toledo/PR no período de 2006-2007; apreender a importância do trabalho multidisciplinar, em especial do Serviço Social no espaço escolar.*

Para tanto, optou-se como campo empírico as escolas de ensino médio da rede estadual do centro e bairros da cidade de Toledo, Estado do Paraná. O município de Toledo conta com 18 escolas que possuem ensino médio, cuja responsabilidade é do sistema estadual de ensino. Foi necessário, deste universo, elaborar a amostra que neste trabalho é composta por 11 escolas que participaram da pesquisa. É válido dizer que o propósito era ter 14 escolas

como amostra e, foram enviados os questionários para este número de escolas, porém, obteve-se resposta apenas de 11. Em relação aos procedimentos metodológicos, tais como tipo de pesquisa, instrumentos de coleta de dados, critérios de seleção da amostra e procedimentos de coleta de dados empíricos, estes estão detalhados no decorrer do trabalho.

Para melhor compreensão da temática e o problema definido para esta pesquisa, foi necessário entender a história da educação brasileira, uma vez que a evasão escolar não pode ser apreendida como algo isolado, pontual, fragmentado. Faz parte de um processo cuja base tem sua gênese nos aspectos conjunturais – sociais, políticos, econômicos e culturais –, bem como, nos embates e interesses contraditórios que se fizeram e fazem parte da política social da educação. Neste sentido, o primeiro Capítulo deste trabalho abordará a política social da educação, através de um resgate histórico da educação brasileira, dando ênfase aos principais acontecimentos econômicos, sociais e políticos que resultam na forma de como a educação é conduzida. Após o resgate histórico tratar-se-á de um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro: a evasão escolar, objeto de estudo deste trabalho.

Considerando a temática a partir de uma perspectiva ampliada e considerando que as expressões da “questão social” são fatores determinantes para a ocorrência deste problema, tem-se claro a relevância da inserção de profissionais do Serviço Social no campo educacional, uma vez que a “questão social” é objeto de intervenção destes, sendo esta a temática que será abordada ao final do Capítulo 1.

O Capítulo 2 trará os dados da pesquisa realizada, a discussão sobre a evasão escolar, buscando entendê-la como resultado das expressões da “questão social”. Primeiramente se abordarão os aspectos metodológicos da pesquisa, seguindo com a apresentação e análise dos dados da pesquisa, esta que teve como campo empírico as escolas de ensino médio do centro e bairros da cidade de Toledo, Estado do Paraná e, como sujeitos da pesquisa, os diretores destas escolas.

Neste trabalho, a apropriação da realidade foi feita a partir do método dialético: ou seja, a partir da historicidade, a totalidade e a contradição, as três categorias que permeiam este processo de pesquisa. A pesquisa no Serviço Social tem papel relevante, já que é através da operacionalização da pesquisa e seus resultados que se busca uma intervenção profissional crítica que vá de encontro com a realidade concreta, esta que é complexa. Para se entender e analisar e então intervir na realidade, com toda a sua complexidade e totalidade, é necessário se apreender a essência das coisas, esta que só se revela após o ato investigativo.

1 EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA E A DISPUTA DE DIFERENTES PROJETOS SOCIETÁRIOS

Levando-se em conta os objetivos deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), neste Capítulo será abordada, primeiramente, a política social da educação, através de um resgate histórico da educação brasileira, dando ênfase aos principais acontecimentos econômicos, sociais e políticos que resultam na forma de como a educação é conduzida. É importante ressaltar que para entender a educação na contemporaneidade se faz necessário compreender os embates, confrontos e disputas que permearam o processo histórico da política social da educação. Por sua vez, entende-se que este é um dos espaços de intervenção do Assistente Social e sua prática interventiva e investigativa pressupõe a compreensão desta trajetória sócio-histórica.

Após o resgate histórico tratar-se-á de um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro: a evasão escolar. Considerando a temática a partir de uma perspectiva ampliada e partindo do princípio de que a evasão escolar é resultante das expressões da “questão social”, entende-se a relevância da inserção do Serviço Social no campo educacional uma vez que a “questão social” é objeto de intervenção do Assistente Social e é esta temática que será abordada ao final do Capítulo 1.

1.1 POLÍTICA SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR BRASILEIRA

A educação é um dos fatores importantes no desenvolvimento de um país, é através dela que se pode melhorar o desempenho em variadas áreas, como a social e econômica, por exemplo, ou mesmo se obter melhorias na qualidade de vida de uma população. Mas não se pode falar em educação brasileira na atualidade ou mesmo discorrer sobre seus avanços e recuos sem ter um conhecimento prévio sobre sua história, diante disso, pretende-se discutir sobre a mesma, iniciando desde o período colonial. No Brasil Colonial¹ a

¹ Após a descoberta oficial do Brasil por Portugal, em 1500, as terras já habitadas por povos indígenas, passam a ser colônia de Portugal. Durante três séculos o Brasil ficou na condição de colônia portuguesa. Introduziram-se aqui os costumes, a cultura, e o comportamento da metrópole. Os negros e índios foram submetidos a violência física e cultural, o índio perdeu suas terras, e o negro foi transferido brutalmente de ambiente, trazido a força de seu lugar de origem para trabalhar como escravo no Brasil. O sistema colonial era mercantilista e tinha como objetivo básico explorar as riquezas brasileiras em benefício da burguesia européia. A grande propriedade agrícola na qual se baseia o sistema colonial tinha duas características fundamentais, era monocultora, já que se especializava na produção em larga escala de apenas um gênero tropical de alto valor, e escravocrata, já que a grande propriedade agrícola utilizava o trabalho de negros escravos importados da África. Estima-se que a população do Brasil era de 15 mil habitantes em 1500, excluindo-se a população indígena. Em 1650 calcula-se

Educação surgiu com os Padres Jesuítas, que foram os responsáveis pelo ensino no Brasil por mais de duzentos anos. Segundo Piletti (1991), a Companhia de Jesus foi fundada por Inácio Loyola, em 1534, dentro do movimento de reação da Igreja Católica contra a Reforma Protestante tendo como principal objetivo deter o avanço protestante em duas frentes: a primeira através da educação das novas gerações, e a segunda por meio da ação missionária, procurando converter à fé católica os povos das regiões que estavam sendo colonizadas.

A pedagogia jesuítica, diz Ghiraldelli (1994), era de cunho religioso-católico, tendo suas diretrizes educacionais dadas pelo *Ratio Studiorum*², baseando-se na unidade de matéria, unidade de método e unidade de professor.

A unidade de professor significava que cada turma deveria seguir seus estudos, do começo ao fim, com o mesmo mestre. Todos os professores deveriam se utilizar da mesma metodologia. E o assunto a ser estudado deveria contemplar poucos autores, principalmente aqueles ligados ao pensamento oficial da Igreja, como Tomás de Aquino (GHIRALDELLI, 1994, p. 21).

Pode-se dizer que, no Brasil, os Jesuítas dedicaram-se a pregação da fé católica e ao trabalho educativo. Quanto a isso o autor diz:

Com seu trabalho missionário, procurando salvar as almas, abriam caminho à penetração dos colonizadores; com seu trabalho educativo, ao mesmo tempo em que ensinavam as primeiras letras e a gramática latina, ensinavam a doutrina católica e os costumes europeus (PILETTI, 1991, p. 166).

Para que pudessem converter os índios à fé católica os jesuítas compreenderam que era necessário primeiramente ensinar-lhes a ler e a escrever, assim, ao mesmo tempo em que davam catequese, organizavam escolas nas próprias aldeias, onde se ensinava a ler e a escrever e onde eram transmitidos o idioma e os costumes de Portugal. Mas o ensino transmitido pela Companhia de Jesus não era direcionado somente aos índios. Filhos de senhores de engenho, de colonos e de escravos também recebiam educação dos jesuítas que, assim, exerciam grande influência sobre todas as camadas da população.

que havia 180 mil habitantes, diretamente envolvidos pelo processo de colonização. Já em 1700, essa população teria alcançado os 300 mil. Cem anos depois, em 1800, estima-se para o País uma população de 3660 mil habitantes (COTRIM, 1989).

² Segundo Ghiraldelli (1994, p.20), o “*Ratio Studiorum* foi a organização e o plano de estudos da Companhia de Jesus, publicado em 1599”.

Mesmo após a expulsão da Companhia de Jesus do Brasil, em 1759, por motivo de conflito com a administração do primeiro-ministro de Portugal, José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, a pedagogia de cunho religioso-católico continuou a influenciar os educadores do país e todas as pedagogias organizadas na República tiveram de enfrentar ou assimilar preceitos desse cunho. Durante seu governo o Marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal de 1750 a 1777, tomou várias medidas para centralizar a administração da colônia, para que pudesse controlá-la de forma eficiente. Durante sua administração entrou em conflito com os Jesuítas, alegando que estes se opunham ao controle do governo português. De acordo com Piletti

[...] por Alvará de 28 de junho de 1759, o Marquês de Pombal suprimiu as escolas jesuíticas de Portugal e de todos os seus domínios. Em seu lugar foram criadas as aulas régias de Latim, Grego e Retórica, que nem de longe chegaram a substituir o eficiente sistema de ensino organizado pela Companhia de Jesus (PILETTI, 1991, p. 168).

Segundo Trevisan (1987), os Jesuítas marcaram o caráter e o tom da educação brasileira até 1759, e, se o Estado português pretendesse o controle efetivo sobre a colônia, entre outras medidas necessárias, não poderia prescindir do controle da educação e é por isso que os Jesuítas são expulsos do Brasil quase que por meio militar.

Em 1808 a Família Real vem para o Brasil e em 1822 é Proclamada a Independência do Brasil pelo Príncipe Regente Dom Pedro, que culminou com a emancipação política desse país do reino de Portugal, dizem Koshiba e Pereira (1996). Nesse período a preocupação fundamental do governo passou a ser a formação das elites dirigentes do país, e, apenas foram criadas algumas escolas superiores e regulamentadas as vias de acesso a seus cursos, ao invés de procurar estruturar um sistema nacional de ensino.

Durante o período Imperial (1822-1888), a instrução primária e secundária não era satisfatória. Barroso (1867), citado por Trevisan (1987), declara que em 1867 as matrículas das escolas primárias atingiam 107.500 para uma população livre de cerca de 8.830.000, estimando-se em 1.200.000 a população em idade escolar. Em 1872 dados trazidos pelo censo revelam uma população de 10 milhões de habitantes, sendo que somente 150 mil estavam matriculadas nas escolas primárias. Assim, pode-se dizer que o ensino durante o Império tinha alcance limitado em se tratando de instrução primária (TREVISAN, 1987).

Com o fim do período colonial no Brasil, na década de 20 do século XIX, fim do Império, fim do regime de escravidão, em 13 de maio de 1888 e a adoção do trabalho

assalariado, o país toma o rumo da modernização, tem-se a expansão da lavoura cafeeira, uma remodelação material do país, o crescimento industrial e uma urbanização considerável.

Para Ghiraldelli (1994), com as ruínas do Império, o caminho está aberto para a chegada de um novo regime político e inicia-se então no Brasil o regime republicano³, com a proclamação da república em 1889. Este não representou o fim de um sistema político elitista, mas trouxe consigo a possibilidade de maior participação popular nos processos políticos do país.

A reorganização do Estado devido ao advento da República, assim como a urbanização do país, foram fatores decisivos para a criação de novas necessidades para a população, o que possibilitou que a escolarização aparecesse como meta almejada pelas famílias que viam nas carreiras burocráticas e intelectuais um caminho mais promissor para seus filhos (GHIRALDELLI, 1994, p. 16).

Tem-se assim a necessidade de expansão escolar, porém, com a mudança do regime político para o sistema republicano, os intelectuais da época se ocupavam com temas de renovação e mudancismo, que para a elite eram necessárias à modernização do país. Um dos temas pensados nesse período era a educação popular, voltada à alfabetização da população, voltam-se aqui ao “entusiasmo pela educação”, insistindo na premissa de que os problemas do país somente seriam solucionados com a extensão da escola ao povo.

Na Primeira República (1889-1930) tem-se uma evolução das idéias pedagógicas e podem-se citar dois movimentos ideológicos desenvolvidos que são o “entusiasmo pela educação” e o “otimismo pedagógico”. Para Piletti

A Primeira República é o período no qual se colocou em questão o modelo educacional herdado do Império, que privilegiava a educação da elite - secundário e superior- em prejuízo da educação popular – primário e profissional -. A educação elitista entrou em crise, de modo especial, na década de 1920, quando também se tornou mais aguda a crise de outros setores da vida brasileira - político, econômico, cultural e social. A crise da

³ Segundo Ghiraldelli, “A República resultou de um golpe militar em 15 de novembro de 1889. Três forças sociais participaram do movimento e empunharam o comando da sociedade política após o golpe: uma parcela do Exército, fazendeiros do Oeste paulista (cafeicultores) e representantes das classes médias urbanas (intelectuais). Essa foi a composição que governou o país nos primeiros anos do novo regime (governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto). Posteriormente, uma vez estabilizada a nova situação, os cafeicultores (as oligarquias) procuraram afastar do governo seus parceiros militares e também os elementos intelectuais mais progressistas. Ou seja, as oligarquias cafeeiras, que comandavam a economia do país (baseada na exportação do café), exigiram o controle total no exercício de comando nos aparelhos da sociedade política. O marco inicial dessa nova fase foi o ano de 1894, quando se elegeu presidente da República o primeiro civil, o paulista Prudente de Moraes” (GHIRALDELLI, 1996, p. 17).

educação elitista e as inúmeras discussões que provocou desembocaram na Revolução de 1930, que foi responsável por numerosas transformações que fizeram avançar o processo educacional brasileiro (PILETTI, 1991, p.188).

Segundo Ghiraldelli (1994), o “entusiasmo pela educação” teve caráter quantitativo, objetivando expandir a rede escolar e alfabetizar o povo. Já o otimismo pedagógico pretendia a melhoria do ensino, das condições didáticas e pedagógicas da rede escolar. Porém, a dualidade do ensino permaneceu durante a 1ª República, ou seja, a educação era diferenciada segundo a classe social.

Para Ghiraldelli (1994) o “entusiasmo pela educação” surgiu nos anos de transição do Império para a República, sofreu um recuo entre 1896 e 1910, e, em 1910 e 1920 alcança seu auge. O “otimismo pela educação” é típico de meados de 1920 e alcança seus melhores dias na Segunda República, em 1930. É com a eleição do presidente da República Prudente de Morais⁴, em 15 de novembro de 1894, que pode-se dizer que inicia-se um processo de enfraquecimento do “entusiasmo pela educação”. Dá-se maior importância ao comércio do café e a manutenção do poder com mecanismos eleitorais pouco democráticos e as questões sobre democracia, industrialização e educação popular são deixados de lado e os planos democráticos levantados pelos intelectuais ligados as elites dirigentes são abafados pela política oligárquica.

Ainda sobre o assunto, continua dizendo Ghiraldelli (1994) que com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) a questão do desenvolvimento do país volta a ganhar importância e, assim, a educação popular volta a merecer atenção e a escolarização ganha novo estímulo. Ressurge assim o “entusiasmo pela educação”, impulsionado por campanhas

⁴ “Prudente José de Morais Barros, advogado, nascido na cidade de Itu, estado de São Paulo, em 4 de outubro de 1841. Após integrar a junta governativa de São Paulo, instituída com a proclamação da República, assumiu o governo daquele estado (1889-1890). Como senador por São Paulo exerceu a presidência da Assembleia Nacional Constituinte (1890-1891) e a vice-presidência do Senado (1891). Disputou, nesse mesmo ano, a presidência da República com Deodoro da Fonseca, perdendo a eleição indireta por uma pequena margem de votos. Tornou-se presidente do Senado até 1894, em substituição a Floriano Peixoto, então titular desta casa, quando este assumiu a presidência da República. Por meio de eleição direta passou a exercer a presidência da República em 15 de novembro de 1894. Faleceu na cidade de Piracicaba, estado de São Paulo, em 13 de dezembro de 1902. Como primeiro presidente civil da República, sua eleição marcou o término da presença de militares no governo do país, inaugurando a representação dos interesses das oligarquias agrícolas e paulistas, sobretudo as do café[...].” (BRASIL, 2003, p. 13).

de erradicação do analfabetismo comandadas pelas “ligas contra o analfabetismo”, formadas por intelectuais, industriais e médicos. Diz Ghiraldelli:

O ‘entusiasmo pela educação’ do início da República refletiu o espírito dos intelectuais ligados à sociedade política. Diferentemente, o ‘entusiasmo pela educação’ dos anos 10 caminhou através de entidades da sociedade civil e foi fomentado por intelectuais ligados às parcelas da nascente burguesia e das classes médias urbanas não direta e exclusivamente vinculadas ao governo (GHIRALDELLI, 1994, p. 18).

A partir dos anos 1920, para Ghiraldelli (1994), o “entusiasmo pela educação” dá lugar ao “otimismo pedagógico”, que vem acompanhado das mudanças na vida econômica do país e também culturais. Inicia-se um estreitamento dos laços com os norte-americanos, que influenciam tanto nos hábitos brasileiros como também no campo educacional e pedagógico. A partir dessa influência norte-americana no Brasil, que contagiou boa parte dos intelectuais, é trazido ao país o ideário pedagógico do Movimento da Escola Nova, tendo como principais idealizadores John Dewey e William Kilpatrick.

Na Primeira República, diz Ghiraldelli (1994), o Brasil contava com poucas escolas públicas e essas eram freqüentadas por filhos de famílias que pertenciam à classe média. Os ricos, geralmente, contavam com professores particulares, que passavam as lições em casa aos filhos ou mandavam para que estudassem em alguns poucos colégios particulares em regime de internato. Existiam também algumas escolas rurais, com estruturas precárias e que na maioria das vezes tinham aulas ministradas por pessoas sem qualquer formação profissional. Ghiraldelli argumenta que:

Não havia uma rede de escolas públicas respeitável, e a que existia voltava-se para o atendimento das classes mais favorecidas economicamente. A República, ao contrário do Império, assistiu a uma diversificação crescente do sistema de classes. As oligarquias agrárias, principalmente os setores ligados à lavoura cafeeira, atuaram como classe dominante e dirigente nos 40 anos de duração da Primeira República. Com os surtos de crescimento industrial e urbanização, iniciou-se a formação de uma emergente burguesia e o aumento das classes médias urbanas. A adoção do trabalho assalariado e a imigração subsidiada pelo Estado proporcionaram o suprimento de mão-de-obra para o campo e o advento de massas operárias urbanas nos grandes centros. Todo esse tecido social que foi se diferenciando ao longo da Primeira República logrou a construção de um sistema de ensino pouco democrático que privilegiava o ensino secundário e superior em detrimento da expansão do ensino primário (GHIRALDELLI, 1994, p. 27).

As elites, apesar de enviarem seus filhos aos colégios particulares, também se utilizavam do Estado para criar uma rede de ensino público para o atendimento dos mesmos, assim, argumenta Ghiraldelli (1994), as reformas feitas na legislação pelo governo federal davam prioridade para o ensino secundário e superior.

Remetendo-se ao cenário das lutas político-pedagógicas, três correntes pedagógicas distintas se destacam na Primeira República, sendo elas: a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Nova e a Pedagogia Libertária, associadas à três diferentes setores sociais.

[...] a Pedagogia Tradicional associava-se às aspirações dos intelectuais ligados às oligarquias dirigentes e à Igreja. A Pedagogia Nova emergiu no interior de movimentos da burguesia e das classes médias que buscavam a modernização do Estado e da sociedade no Brasil. A Pedagogia Libertária, ao contrário das duas primeiras, não teve origem nas classes dominantes; vinculou-se aos intelectuais ligados aos projetos dos movimentos sociais populares, principalmente aos desejos de transformação social contidos nas propostas do movimento operário de linha anarquista e anarco-sindicalista (GHIRALDELLI, 1994, p. 20).

Pode-se dizer que a pedagogia Libertária está ligada às primeiras organizações do proletariado urbano no Brasil. A Pedagogia Tradicional se caracterizou por conter um corpo teórico relativamente homogêneo, já a Pedagogia Nova, segundo Ghiraldelli (1994), desde seu início refletia indicações teóricas provenientes de experiências distintas. Traz o autor

[...] No final do século XIX e início do século XX, inúmeras experiências educacionais, em solo europeu e americano, registraram o aparecimento do escolavinismo. Em 1896, nos Estados Unidos, o professor universitário John Dewey (1859-1952) criou a University Elementary School, acoplada a Universidade de Chicago. Dewey foi, sem dúvida, o maior filósofo da educação dos EUA. [...] A partir dos anos 20 os textos de Dewey, e também de escolanovistas europeus, começaram a conquistar a intelectualidade jovem no Brasil preocupada com questões educacionais (GHIRALDELLI, 1994, p. 24).

Antes da Primeira Guerra Mundial, diz Ghiraldelli (1994), o Brasil mantinha sua economia baseada na monocultura e na exportação, dependendo de financiamentos de banqueiros ingleses para se manter, ficando assim sensível ao controle econômico dos mesmos, pagando juros altos, aumentando sua dívida externa. Com a Inglaterra vencedora, porém fraca, os Estados Unidos ocupam o lugar dos ingleses após a guerra. E é aí que se

inicia a importação de padrões de bens materiais e culturais, trazendo de fora também teorias pedagógicas do Movimento da Escola Nova.

Nesse Movimento, segundo Ghiraldelli (1994), tem-se uma novidade: procura-se colocar a criança no centro do processo educacional e não mais o professor, como acontecia nos métodos anteriores a ele. São salientados os “métodos ativos” de ensino-aprendizagem, dando maior importância à liberdade da criança e ao interesse do educando. Adotam-se métodos de trabalhos grupais e dá-se maior incentivo aos trabalhos manuais. A partir do método ativo o aluno deveria deixar de ser um simples ouvinte passivo para ter uma participação ativa, capaz de não só repetir aquilo que o professor dissera, mas também fazer experimentos, pesquisas, construindo ele próprio um conhecimento. O professor então teria a tarefa de auxiliar e orientar, deixando de ser meramente um transmissor de conhecimentos já prontos.

Em 1930 tem-se uma Revolução, que marca o início da Segunda República no Brasil. A partir daí a educação brasileira sofre importantes modificações, tornando-se articulada segundo as normas do Governo Federal. Sobre o assunto diz Piletti:

A primeira iniciativa da Revolução de 1930, no campo da educação, foi a criação do Ministério da Educação e das Secretarias de Educação dos Estados. Para Ministro da Educação foi escolhido Francisco Campos, que na década anterior havia reformado a educação de Minas Gerais (PILETTI, 1991, p. 207).

A Revolução de 1930, para Ghiraldelli (1994), possibilitou um rearranjo na sociedade, fazendo com que setores até então marginalizados pudessem fazer parte do poder em vários níveis governamentais. Aos poucos a política do café-com-leite perde espaço, e “a oligarquia agroexportadora foi cedendo o papel de fração hegemônica no exercício do poder governamental aos grupos coligados de tecnocratas, militares e empresários industriais”.

O quadro político brasileiro é redefinido com o empossamento de Getúlio Vargas como chefe do governo provisório, dando início ao populismo-trabalhismo getulista, através da cooptação e repressão aos trabalhadores. Refere Ghiraldelli que Getúlio “[...] usava de um lado a repressão aos radicais, e de outro a cooptação das lideranças reformistas e a decretação paternalista de benefícios sociais como salário mínimo, férias, apoio à gestante etc” (GHIRALDELLI, 1994, p. 41).

Nesse período tem-se um agravamento da “questão social”, devido à migração interna e o superpovoamento das cidades. O governo então tenta encontrar maneiras de fixar o

homem no campo, sendo que a alternativa encontrada foi a de criar escolas técnicas. No campo ficariam as escolas técnicas rurais e na cidade os estabelecimentos profissionalizantes de nível industrial e comercial. Uma tática para conter o inchamento urbano e para acalmar o trabalhador, fornecendo uma profissão aos seus filhos.

Entre 1930 e 1937 tem-se no Brasil um período de efervescência ideológica marcado pela radicalização política. Foi uma época rica na diversidade de projetos distintos para a sociedade, e, junto a eles, tem-se a elaboração de uma nova política educacional brasileira. Segundo Cignolli (1985), a partir de 1930, paralelamente a uma redefinição do papel do Estado, este passa a intervir sistematicamente na educação.

Podem-se citar quatro projetos distintos, segundo Ghiraldelli (1994), sobre a construção de um novo Brasil e também pensamentos diferentes sobre a educação brasileira, conforme segue:

1) Os *liberais*, tidos como intelectuais, que desejavam a construção de um país em bases urbano-industriais democráticas, eram os intelectuais que principiaram a maioria das reformas educacionais estaduais dos anos 1920 e que passaram a ser chamados de profissionais da educação. Nos anos de 1932 publicaram o “Manifesto dos Pioneiros de Educação Nova”, onde propunham a renovação das bases pedagógicas e a reformulação da política educacional.

O “Manifesto dos Pioneiros” foi um longo documento dedicado ao governo e à nação, defendendo a escola pública obrigatória, laica e gratuita. Dentre os responsáveis pelo documento estão nomes como Fernando de Azevedo, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Roldão de Barros, como também signatários do “Manifesto” e simpáticos ao socialismo.

2) Já os *católicos* defendiam a Pedagogia Tradicional e reagiram ao “Manifesto”. Aos poucos as posições dos católicos se aproximaram das teses conservadoras da Ação Integralista Brasileira, que surgiu nos anos de 1930, se assemelhando ao nazismo e fascismo europeus. Os católicos tentaram de tudo contra os liberais, chegando a uma campanha de difamação. Em 1934, as vésperas da Constituinte, os *Católicos* organizaram a Liga Eleitoral Católica (LEC), buscando fazer valer os interesses católicos gerais na elaboração da Carta Magna.

3) O governo tentava manter-se neutro às disputas entre *liberais* e *católicos*. Em 1931, foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (MESP), tendo como dirigente Francisco Campos, este dizia querer aproveitar a contribuição dos dois grupos, mas, por fim,

acabou executando uma política educacional própria e distante de princípios efetivamente democráticos.

4) Através da Aliança Nacional Libertadora (ANL), se expressa uma quarta força social antiimperialista e antifascistas, formada pelo proletariado e camadas médias. Essa força recuperou parte dos projetos de política educacional elaborados pelo Movimento Operário da Primeira República, dando ênfase as teses sobre democratização do ensino.

Em 1932 é lançado o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, feito por um grupo de 26 educadores. O documento trazia propostas de soluções para a educação brasileira. Piletti traz as principais idéias desse Manifesto:

1. A educação é vista como instrumento essencial de reconstrução da democracia no Brasil, com a integração de todos os grupos sociais. 2. A educação deve ser essencialmente pública, obrigatória, gratuita, leiga e sem qualquer segregação de cor, sexo ou tipo de estudo, e desenvolver-se em estreita vinculação com as comunidades. 3. A educação deve ser “uma só”, com os vários graus articulados para atender às diversas fases do crescimento humano. Mas, unidade não quer dizer uniformidade. Daí, embora única sobre as bases e os princípios estabelecidos pelo Governo Federal, a escola deve adaptar-se às características regionais. 4. A educação deve ser funcional e ativa e os currículos devem adaptar-se aos interesses naturais dos alunos, que são o eixo da escola e o centro de gravidade do problema da educação. 5. Todos os professores, mesmo os do ensino primário, devem ter formação universitária (PILETTI, 1991, p. 209).

A Constituição Federal (C.F.) de 1934 institui a elaboração de um Plano Nacional de Educação que controle e coordene o ensino em todos os níveis. O Plano traz em si alguns princípios educacionais, sendo eles: gratuidade e obrigatoriedade do ensino de 1º grau, direito à educação, liberdade de ensino, obrigação do Estado e da Família no tocante à educação, sendo o ensino religioso facultativo. A Constituição Federal de 1934, em seu capítulo II, trata da Educação e da Cultura:

[...] Art 149 - A educação é direito de todos e deve ser ministrada, pela família e pelos Poderes Públicos, cumprindo a estes proporcioná-la a brasileiros e a estrangeiros domiciliados no País, de modo que possibilite eficientes fatores da vida moral e econômica da Nação, e desenvolva num espírito brasileiro a consciência da solidariedade humana. Art 150 - Compete à União: a) fixar o plano nacional de educação, compreensivo do ensino de todos os graus e ramos, comuns e especializados; e coordenar e fiscalizar a sua execução, em todo o território do País; b) determinar as condições de reconhecimento oficial dos estabelecimentos de ensino secundário e complementar deste e dos institutos de ensino superior, exercendo sobre eles a necessária fiscalização; c) organizar e manter, nos

Territórios, sistemas educativos apropriados aos mesmos; d) manter no Distrito Federal ensino secundário e complementar deste, superior e universitário; e) exercer ação supletiva, onde se faça necessária, por deficiência de iniciativa ou de recursos e estimular a obra educativa em todo o País, por meio de estudos, inquéritos, demonstrações e subvenções. Parágrafo único - O plano nacional de educação constante de lei federal, nos termos dos arts. 5º, nº XIV, e 39, nº 8, letras a e , só se poderá renovar em prazos determinados, e obedecerá às seguintes normas: a) ensino primário integral gratuito e de frequência obrigatória extensivo aos adultos; b) tendência à gratuidade do ensino educativo ulterior ao primário, a fim de o tornar mais acessível; c) liberdade de ensino em todos os graus e ramos, observadas as prescrições da legislação federal e da estadual; d) ensino, nos estabelecimentos particulares, ministrado no idioma pátrio, salvo o de línguas estrangeiras; e) limitação da matrícula à capacidade didática do estabelecimento e seleção por meio de provas de inteligência e aproveitamento, ou por processos objetivos apropriados à finalidade do curso; f) reconhecimento dos estabelecimentos particulares de ensino somente quando assegurarem a seus professores a estabilidade, enquanto bem servirem, e uma remuneração condigna [...] (BRASIL, 2008a).

A Constituição Federal de 1934 diz ainda que compete aos Estados e ao Distrito Federal organizar e manter sistemas educativos nos territórios respectivos, respeitando as diretrizes estabelecidas pela União, e, ao Conselho Nacional de Educação, elaborar o plano nacional de educação para ser aprovado pelo Poder Legislativo, bem como sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias para a melhor solução dos problemas educativos e a distribuição adequada dos fundos especiais. Prevê ainda, para a manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos, a aplicação, pela União e Municípios, de nunca menos de dez por cento, e os Estados e o Distrito Federal nunca menos de vinte por cento da renda resultante dos impostos. A Carta de 1934 foi produzida por uma Assembléia Nacional Constituinte eleita pelo povo, diferentemente, a de 1937 foi feita pela tecnocracia getulista e imposta ao país como ordenamento legal do Estado Novo⁵.

Segundo Koshiba e Pereira (1996), alegando o combate ao Comunismo, Vargas decreta estado de sítio em novembro de 1936, prolongando até o ano seguinte. Quando se dá início a campanha para presidente são lançados dois nomes: Armando de Sales Oliveira, apoiado pela oligarquia paulista, e José Américo de Almeida, defendido pelos getulistas. Porém, Getúlio pretendia continuar no poder e contava com o apoio de algumas autoridades do exército e, posteriormente, do governador de Minas Gerais, Benedito Valadares, como também a adesão de outros Estados do nordeste. Vargas foi impedido pelo Congresso Nacional de renovar o estado de sítio, simulando então o Plano Cohen. Para Koshiba e Pereira

⁵ O Estado Novo (1937-1945) é anunciado pelo presidente Getúlio Vargas no dia 10 de novembro de 1937, iniciando no Brasil um período ditatorial.

[...] tratava-se de um plano supostamente comunista, que visava ao assassinato de personalidades importantes, a fim de tomar o poder. Segundo a versão dos interessados na farsa, o documento fora “descoberto” e entregue a Góis Monteiro pelo capitão Olímpio Mourão Filho, membro integralista. [...] (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 285).

Para Koshiba e Pereira (1996), foi um documento divulgado pelo governo brasileiro em 1937, contendo um suposto Plano para a tomada do poder pelos comunistas. O Plano previa a mobilização dos trabalhadores para a realização de uma greve geral, manifestações populares que terminariam em saques e depredações de prédios públicos e até o assassinato das autoridades civis e militares que se opusessem à revolta. Em 1945, o general Góis Monteiro, chefe do Estado-maior do Exército que apoiava Getúlio em sua busca pela continuidade no poder, denunciou a fraude.

Diante do Plano, dizem Koshiba e Pereira (1996), da suposta “ameaça vermelha”, o governo solicitou estado de guerra, concedido pelo Congresso Nacional, dando condições para que o golpe fosse posto em prática. No dia 10 de novembro de 1937 Vargas, alegando a necessidade de por fim às agitações, decreta o fechamento do Congresso Nacional e impõe ao país uma nova Constituição, de tendência fascista. Por fim, os partidos são dissolvidos e em 2 de dezembro de 1937 tem-se o início do Estado Novo. Durante este regime não se tem o funcionamento do Congresso Nacional, portanto, não houve eleições. O Estado busca servir os interesses do capitalismo, protegendo atividades econômicas já em andamento e favorecendo o surgimento de novas com uma política de controle das classes assalariadas. É desse período a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Pode-se dizer que em termos educacionais a Constituição de 1937, que trata em seus artigos 128 ao 134 sobre a cultura e educação, inverteu as tendências democratizantes contidas na de 1934. Diz Ghiraldelli:

O Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público (GHIRALDELLI, 1994, p.81).

A Constituição de 1937 também modificou o direcionamento do ensino gratuito. Não se tirou do texto a palavra “gratuito”, mas a gratuidade se direcionava aos “mais

necessitados” que alegassem escassez de recursos, e, aos que notoriamente não apresentassem essas características, seria cobrada uma “contribuição módica e mensal” para a caixa escolar, bem como a solidariedade dos mesmos para com os mais necessitados.

Art. 130 - O ensino primário é obrigatório e gratuito. A gratuidade, porém, não exclui o dever de solidariedade dos menos para com os mais necessitados; assim, por ocasião da matrícula, será exigida aos que não alegarem, ou notoriamente não puderem alegar escassez de recursos, uma contribuição módica e mensal para a caixa escolar (BRASIL, 2008b).

Assim, a Carta de 1937 não determina ao Estado a tarefa de fornecer à população uma educação geral através de uma rede de ensino pública e gratuita, mas mantém um dualismo educacional, onde os ricos poderiam pagar pelos estudos através do sistema público ou particular e os pobres deveriam procurar as escolas profissionais. Durante o Estado Novo começou-se a emitir as Leis Orgânicas do Ensino, que se constituíam em uma série de decretos-leis. Sobre o assunto Ghiraldelli diz que

[...] Basicamente, as leis orgânicas, chamadas de Reforma Capanema, consubstanciaram-se em seis decretos-leis que ordenavam o ensino primário, secundário, industrial, comercial, normal e agrícola. Foi uma reforma elitista e conservadora, e só não incorporou todo o espírito da Carta de 37 porque vingou já nos anos de liberalização do regime, no final do Estado Novo (GHIRALDELLI, 1994, p. 83).

Ministro da Educação de 1937 a 1945, Gustavo Capanema foi responsável por projetos importantes de ensino no país, projetos estes que reorganizaram o ensino. As Leis Orgânicas de Ensino tiveram início durante a sua gestão, sendo decretadas entre 1942 a 1946.

Segundo Piletti (1991), a partir dessas reformas, foram promulgadas a Lei Orgânica do Ensino Industrial (Decreto-Lei nº 073/42), a Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244/42), a Lei Orgânica do Ensino Comercial (Decreto-Lei nº 6.141/43) e ainda foi posto em execução o Decreto-Lei que criou o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Eram decretadas Leis para o ensino secundário e profissionalizante e esquecia-se do ensino primário, mantendo-se profissionais com baixos níveis de escolaridade. Porém, preparava-se mão-de-obra.

Em 29 de outubro de 1945, dizem Koshiba e Pereira (1996), Getúlio é obrigado a abandonar o poder, terminando aí o Estado Novo. Isso se dá pelas repercussões da Segunda Guerra Mundial, que, por si só, não explica as transformações políticas no Brasil mas,

juntamente com a crise política interna, criada pelas agitações em prol da redemocratização, formam uma rede de contradições que contribui para o findar do regime ditatorial. Após 1945 inicia-se um período de democracia representativa no Brasil. De 1945 a 1964 tem-se a Quarta República.

Após esse período turbulento no país, assume a presidência José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal, e, durante seu governo, são realizadas as eleições para a presidência, tendo como concorrentes Eurico Gaspar Dutra e Eduardo Gomes. Vitorioso nas eleições assume a presidência, de 1946 a 1951, Eurico Gaspar Dutra e, segundo Koshiba e Pereira, “durante a sua presidência foi eleita a Assembléia Constituinte que, em 18 de setembro de 1946, deu origem à quarta Constituição Republicana, a quinta do Brasil” (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 311).

O período pós-Estado Novo conviveu com resquícios de autoritarismo no âmbito das relações de trabalho e da organização de ensino como legado da ditadura varguista. A educação continuou com caráter dualista: os filhos de pessoas pertencentes a classes mais abastadas cursavam o primário, o ginásio e o colegial e depois poderiam escolher por cursos superiores. Já as classes populares só tinham a opção de passar do primário aos cursos profissionalizantes, “O caminho escolar das classes populares, caso escapassem da evasão, ia do primário aos diversos cursos profissionalizantes. Cada curso profissionalizante só dava acesso ao curso superior da mesma área” (GHIRALDELLI, 1994, p. 84).

Traz Piletti (1991) que em 20 de agosto de 1946 são criadas as Leis Orgânicas do Ensino Agrícola (Decreto Lei nº 9.613), em 02 de janeiro de 1946 as Leis Orgânicas do Ensino Primário (Decreto Lei nº 8.529) e do Ensino Normal (Decreto Lei nº 8.530). Em 1946 ainda foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC). No período que vai de 1946 a 1964, segundo Piletti (1991), tem-se o desenvolvimento dos movimentos populares, devido ao livre jogo das forças democráticas. As eleições diretas tomam espaço e as representações populares de vários setores podem atuar com maior liberdade.

Para Piletti (1991) a Constituição de 1946, elaborada logo após o término da Era Vargas, (1930 a 1945), estabeleceu a elaboração de novas diretrizes da Educação no país defendendo o ensino público, o que resultou na Lei 4.024 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, que foi aprovada somente em 1961. O texto da Lei chegou à Câmara Federal em outubro de 1948, mas os debates sobre o texto só se iniciaram em maio de 1957. No campo educacional, segundo Piletti:

[...] o ensino técnico-profissional conseguiu, ao menos legalmente, sua equivalência com o secundário; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em 1961, foi discutida durante treze anos no congresso Nacional, ao contrário de todas as anteriores, impostas pelo Poder Executivo; desenvolveu-se intensa luta no sentido de ampliar o acesso à escola pública e gratuita; difundiram-se campanhas e movimentos de educação popular, especialmente de alfabetização de adultos entre os quais destaca-se o Método Paulo Freire (PILETTI, 1991, p. 217).

Segundo Piletti (1991), os fins da educação estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional nº4024/61 foram mantidos pela reforma de 1971, onde consta:

Art.1º-A educação nacional, inspirada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por fim: a) a compreensão dos direitos e deveres da pessoa humana, do cidadão, do Estado, da família e dos demais grupos que compõem a comunidade; b) o respeito à dignidade e às liberdades fundamentais do homem; c) o fortalecimento da unidade nacional e da solidariedade internacional; d) o desenvolvimento integral da personalidade humana e a sua participação na obra do bem comum; e) o preparo do indivíduo e da sociedade para o domínio dos recursos científicos e tecnológicos que lhes permitem utilizar as possibilidades e vencer as dificuldades do meio; f) a preservação e expansão do patrimônio cultural; g) a condenação a qualquer tratamento desigual por motivo de convicção filosófica, política ou religiosa, bem como a quaisquer preconceitos de classe ou de raça (BRASIL, 2008c).

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros, em 1961, assume a presidência o seu vice, João Goulart. O período de seu governo, 1961 a 1964, foi marcado pela abertura às organizações sociais, que ganham espaço preocupando as classes conservadoras como, por exemplo, os empresários, banqueiros, Igreja Católica, militares e classe média que receavam uma mudança do país para o lado socialista, logo, um golpe comunista. O modo populista e de esquerda de governar do presidente Goulart gerou tensões sociais, políticas e militares no Brasil, enquanto no mundo se vivia o auge da Guerra Fria.

No dia 13 de março de 1964, João Goulart realiza um grande comício na Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde defende as Reformas de Base. Neste plano, Jango prometia mudanças radicais na estrutura agrária, econômica e educacional do país. Nesse momento as tensões já existentes se acentuam, criando condições para o rompimento do regime populista. Enfim, no dia 31 de março de 1964, segundo Koshiba e Pereira,

[...] desencadeou-se o movimento militar que depôs João Goulart. [...]. Dizia-se um movimento democrático, constitucionalista, contrário às

ameaças comunistas e filocomunistas. [...]. No dia 1º de abril, Goulart abandona Brasília em direção a Porto Alegre, a fim de organizar a resistência. No dia seguinte, consciente de que toda tentativa seria inútil, refugiou-se no Uruguai (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 332).

A Ditadura Militar foi o período em que os militares governaram o Brasil (1964 a 1985). Segundo Koshiba e Pereira (1996) durante esse período a democracia é reprimida, tem-se perseguição política e repressão aos que eram contra o regime militar, bem como a censura aos meios de comunicação. Os militares então tomam o poder e logo depois é decretado o Ato Institucional Número 1 (AI-1) que confere ao Congresso o poder de eleger um novo presidente. Assim, em 15 de abril de 1964, assume a presidência o general Humberto de Alencar Castelo Branco.

Em 27 de outubro tem-se a edição do Ato Institucional n.º 2, o AI-2, que, como referem Koshiba e Pereira, “dissolveu os partidos políticos existentes e estabeleceu a eleição indireta para presidência da república” (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 333). Nasceram então dois partidos: a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), apoiando o governo, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), que se opunha ao governo. Ser oposição significa “oposição consentida” pela ditadura militar. No dia 3 de outubro de 1966 é eleito à presidência, pelo Congresso, o general Costa e Silva. Mas, antes de terminar seu governo, Castelo Branco fez com que fosse aprovada pelo Congresso a Constituição de 1967, esta que é elaborada em meio a uma série de confrontos e reações contra o regime militar.

Se a Constituição de 1946 defendia o ensino público, a educação como direito de todos, a escola primária obrigatória, a assistência aos estudantes e a gratuidade do ensino, a Constituição de 1967, segundo Cignolli (1985), elaborada em pleno período de ditadura militar, reforçou o ensino privado, bem como alterou de 04 para 08 anos o período de escolaridade primária que seria gratuita no setor público.

A educação, a partir de 1964, assim como outros setores, era comandada pelo autoritarismo. Reformas foram impostas sem a participação de alunos e professores. Com isso tem-se um elevado nível de repetência, evasão escolar e analfabetismo, bem como professores mal remunerados. Segundo Piletti (1991), escolas eram invadidas pela polícia, professores e estudantes eram presos e exilados. As escolas eram vigiadas por agentes dos órgãos de informações do governo e estudantes não podiam discutir problemas, reivindicar mais vagas ou o melhoramento nas condições de ensino. Mencionam Koshiba e Pereira (1996) que cinco generais-presidentes governaram o Brasil durante a ditadura, sendo eles:

Humberto de Alencar Castelo Branco (11/4/1964 a 15/3/1967); Artur da Costa e Silva (15/3/1967 a 31/8/1969); Emílio Garrastazu Médici (30/10/1969 a 15/3/1974); Ernesto Geisel (15/3/1974 a 15/3/1979); João Baptista Figueiredo (15/3/1979 a 15/3/1985). No período de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro de 1969, o país foi governado por uma Junta Militar, presidida pelo general Lira Tavares (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 332).

Durante o governo militar a privatização da educação foi estimulada e segundo Ghiraldelli (1994), em 1983, o país tinha mais de 60 milhões de analfabetos e semiletrados, contando com uma população de aproximadamente 130 milhões de habitantes. Traz o mesmo autor que

[...] Em 1957, 88% das matrículas no 1º grau eram feitas em escolas públicas, ficando 12% com as particulares. Em 1983, 86,7% das matrículas no 1º grau eram feitas em escolas públicas, ficando 13,3% para o ensino particular. Em 1957, 33% das matrículas no 2º grau eram feitas em escolas públicas, ficando a rede particular com 67%. Em 1983, 59% das matrículas no 2º grau eram feitas em escolas públicas, sobrando 41% para as escolas particulares [...] (GHIRALDELLI, 1994, p. 220).

Os dados também mostram, ainda segundo Ghiraldelli (1994), que apesar do aumento da população, as matrículas no ensino primárias público decresceram, uma vez que a rede pública não tinha estrutura suficiente para atender as necessidades. A privatização atingiu ainda mais intensamente o ensino superior. Em 1957 tinha-se 55% das matrículas no ensino superior em escolas públicas e 45% em privadas, já em 1983 tem-se 38% nas públicas e 62% em escolas privadas.

A insatisfação popular com o governo militar ditatorial era evidente no final do governo Geisel, dizem Koshiba e Pereira (1996). Era notável a necessidade de abertura política e a necessidade de restabelecer a democracia era cobrada pelo povo. Foi o que aconteceu, logo que assumiu o poder o general Ernesto Geisel, que sinalizou através de declarações e discursos que iniciaria a abertura política de forma lenta, gradual e segura. Em março de 1979 assume a Presidência da República (1979-1985) João Baptista Figueiredo, o último dos generais no poder, dizendo fazer do Brasil uma democracia.

Referem Koshiba e Pereira (1996) que em novembro de 1979 é aprovada a reforma política que restabelece o pluripartidarismo, extinguindo a ARENA e o MDB. Outros partidos então são criados, tem-se o movimento pelas “Diretas já”, porém, o próximo presidente eleito por eleições indiretas é José Sarney, que substituiu o presidente Tancredo

Neves que faleceu logo após ser eleito à presidência, em 1985. Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha

Em defesa do ensino público e gratuito, foi formado o Fórum Nacional de Educação na Constituinte. Paralelamente ao Fórum em Defesa da Escola Pública, a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino apresentou proposta em defesa das escolas particulares, assim como a Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas buscou reivindicar recursos para as escolas confessionais (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 271).

Os autores ainda mencionam que, “trabalhos de pesquisa demonstram que, no Brasil, de mil crianças que tinham 7 anos de idade em 1980 e conseguiram entrar na primeira série do 1º grau, apenas 148 conseguiram chegar à oitava série em 1987”(Id, *Ibid*, p. 280).

Na década de 1980, menciona Skidmore (1998), os sistemas escolares no Brasil se encontravam abandonados, físico e educacionalmente, com escolas públicas extremamente burocratizadas e corruptas, com uma pedagogia ultrapassada. Os professores encontravam-se descontentes com os baixíssimos salários e as péssimas condições de trabalho, resultando num índice elevado de repetência nas séries elementares. As classes com mais recursos mandavam seus filhos para instituições privadas de ensino, o que “[...] aumentava a segregação educacional por classe social e solopava o senso coeso de cidadania ao qual o sistema de escolas públicas era dedicado” (SKIDMORE, 1998, p. 281).

Em 1986 é lançado o Plano Cruzado e ocorrem as eleições para a renovação da Câmara dos Deputados e de parte do senado, com vitória do PMDB. A meta era arrumar a economia e “socorrer” os despossuídos.

Em 5 de outubro de 1988 entra em vigor a nossa mais nova Carta Magna que traz em um de seus artigos, o 205, que “a educação, direito de todos e dever do estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da comunidade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 2001, p. 137). A partir dessa Constituição, o ensino passou a ser ministrado com base em alguns princípios, segundo o artigo 206, quais sejam:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na Escola; II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; IV – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; V – valorização dos profissionais do ensino, garantindo, na forma da Lei, planos de carreira para o magistério

público, com piso salarial, profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurado regime, jurídico único para todas as instituições mantidas pela União; VI – gestão democrática do ensino público, na forma da lei; VII – garantia de padrão de qualidade (BRASIL, 2001, p. 137).

O direito à educação é um direito social, garantido na Constituição devendo ser assim efetivado pelo Estado, concedendo aos cidadãos o gozo da educação como serviço público, promovendo a realização plena do ser humano. A educação pode, assim, representar tanto um mecanismo de desenvolvimento pessoal do indivíduo, como da própria sociedade em que ele se insere. A Educação passa a representar uma das estratégias destinadas a realizar a justiça social.

Segundo Xavier, Ribeiro e Noronha “no interior do difícil equilíbrio entre ‘redistributivismo’ e ‘decisões técnicas conservadoras’, vão se desenvolver políticas compensatórias. E dentro delas, as políticas educacionais, da saúde, da previdência social, da habitação, do saneamento básico, etc” (XAVIER; RIBEIRO; NORONHA, 1994, p. 278). Com o intuito de promover o acesso da classe menos favorecida ao ensino de qualidade as reformas educacionais tinham a ênfase no ensino público e a democratização da educação.

Com o fracasso de vários planos econômicos do governo Sarney (1985-1990) a inflação estava em alta. A preocupação maior do governo era com o social, como dizia seu *slogan*: “Tudo pelo social”, sendo que os objetivos sociais seriam alcançados através do crescimento econômico, e este, segundo Koshiba e Pereira, estaria baseado “[...] na abertura da economia para o mercado externo, na privatização de empresas estatais e nos cortes dos gastos públicos” (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 362).

Com uma política baseada no neoliberalismo, dizem Koshiba e Pereira (1996), no findar de 1988 a inflação estava alcançando os 30% ao mês, e, em dezembro de 1989 chegou a 53,55%, simultaneamente a queda do Plano Verão, que trouxe consigo o “cruzado novo”, com o corte de três zeros do cruzado antigo.

Nesse período tem-se um conflito entre interesses de trabalhadores e interesses de empresários. A tese levantada pelos representantes do empresariado tinha como idéia diminuir o Estado e sua atuação em favor do livre funcionamento do mercado, partindo do pressuposto de que o culpado pela inflação era o Estado. Já para os trabalhadores a tese dos empresários era entendida como o “[...] fortalecimento da iniciativa privada em detrimento da enorme dívida social, representada pelo agravamento da miséria e do sofrimento das camadas

populares [...]” (KOSHIBA, 1996, p. 368). Estes acreditavam que era necessária a intervenção Estatal para que os problemas de miséria e sofrimento fossem sanados.

Em 1989, segundo estatísticas das Nações Unidas, mencionadas por Skidmore (1998), quase 18% das despesas públicas eram oriundas da educação. Não se pode dizer, assim, que não era destinada verba para essa finalidade, o grande problema eram as fraudes ou incompetência burocrática, que impediam que boa parte da verba chegasse às escolas. Isso resultava em altas taxas de evasão escolar e em uma infinidade de crianças semi-analfabetas.

Ainda em 1989 têm-se novas eleições presidenciais, disputando a ascensão no primeiro turno Fernando Collor de Mello, ex-governador de Alagoas, e Luís Inácio Lula da Silva, líder sindical. Apoiado pelo empresariado, no segundo turno, vence as eleições após uma campanha milionária, Fernando Collor de Mello, que governa de 1990 a 1992. O primeiro ato do novo presidente foi lançar o “Plano Collor”, referem Koshiba e Pereira que este

[...] consistiu no bloqueio de, aproximadamente, 85 bilhões de dólares, que representavam perto de dois terços da moeda circulante. A moeda, [...], voltou a se chamar ‘cruzeiro’. Os poupadores e correntistas estavam autorizados a retirar, nos bancos, no máximo Cr\$ 50 mil. Quanto aos depósitos em contas remuneradas de curto prazo, era permitido o saque de 20% sobre o total depositado, desde que não ultrapassasse Cr\$25 mil (KOSHIBA; PEREIRA, 1996, p. 372).

O dinheiro bloqueado seria devolvido após dezoito meses e, durante esse tempo, ficaria rendendo juros e correção monetária. Mas, mesmo com essas medidas, não se conseguiu conter razoavelmente a inflação e, assim, o presidente que prometeu melhorar a vida da população carente nada mais fez do que deixá-los mais miseráveis, afrouxando o ritmo das atividades econômicas.

Segundo Koshiba e Pereira (1996), durante o seu governo o neoliberalismo no cenário mundial está no auge e não é diferente aqui no Brasil, já que Collor extinguiu 24 empresas e órgãos estatais, leiloou carros oficiais e colocou à venda imóveis da União, como também colocou em prática um programa de privatização de empresas estatais, mas não concluiu porque foi afastado por denúncias de corrupção fomentadas pela intensa mobilização popular. Assume em seu lugar o vice-presidente Itamar Franco, se efetivando em 1992.

A partir da década de 1990, como menciona Medeiros (2007), com as privatizações, os governos adotam os receituários dos organismos internacionais pautados em imposições financeiras e competitivas, incorporando-as à nova lei da educação, sendo que

parte das medidas preconizadas pelo FMI consistem na redução dos gastos públicos e na transferência do controle dos recursos nacionais do estado para o privado. A educação passa a ser tida como parte da esfera do mercado, atendendo aos objetivos de políticas neoliberais.

Por conta do modelo de desenvolvimento adotado o país vive uma crise de exclusão e de criminalidade tendo milhares de brasileiros fora do mercado. Não se tem prioridade no combate a miséria e convive-se com um modelo concentrador de renda.

Segundo Aranha (1996) o Brasil é um recordista em concentração de renda, o que traz efeitos sociais cruéis, persistindo na educação uma enorme defasagem entre o Brasil e os países desenvolvidos, porque até então o ensino fundamental não foi de boa qualidade e, quando se deu o mínimo de atenção à educação, as reformas foram tumultuadas, com confrontos de interesse e mantendo o dualismo educacional.

Para Pasqualotto (2006) a educação se constitui de maneira diferenciada dependendo do momento histórico, se determinando pela maneira em que os homens produzem e reproduzem seus meios de vida. Sendo assim, o modo de produção da vida material do homem que vai dizer como deve ser a educação, esta que deve contribuir para a reprodução das relações pré-determinadas.

Em tempos de neoliberalismo, menciona Santomé (2003), com a reestruturação do capital e o corte das verbas do Estado destinadas às políticas sociais, o sistema educacional também é afetado, sendo submetido às regras que regem a esfera da produção e do comércio. Com o corte das verbas, principalmente em países que já contavam com um orçamento curto, a qualidade da educação no setor público, tendo de ser ofertada pelo Estado aos cidadãos, diminuiu muito.

Ao se efetivar no poder, segundo Skidmore (1998), o vice e sucessor de Collor, Itamar Franco tinha como questão urgente a inflação, que assombrava a economia. Porém, o então atual presidente mostrou-se indiferente e incapaz de solucionar o problema. Tido como um articulador político defasado, Itamar ao final de seu mandato computava 61 ministros ao todo, era conhecido como honesto, porém, temperamental, por mandar embora vários ministros sem motivo aparente. Nacionalista, Itamar retardou o processo de privatização das estatais iniciado anteriormente.

Ainda diz Skidmore (1998) que em 1993, o presidente que governou de 1992 a 1994 designou Fernando Henrique Cardoso (FHC) como ministro das Relações Exteriores. Obtendo êxito, foi chamado para tarefas maiores e logo assumiu o Ministério da Fazenda. Juntamente com sua equipe projetou um programa de estabilização, a chance de retomar a reputação do governo Itamar.

Dentre outras ações, em 1º de julho de 1994, foi introduzida no Brasil uma nova moeda, o Real. E, para a alegria de industriais e consumidores, diz Skidmore (1998, p. 312) que “a inflação começou a cair imediatamente, indo de 929% em 1994 para 22% em 1995 [...]”. Isso fez com que os consumidores aumentassem o consumo, logo, a produção industrial também aumentou.

As eleições para o sucessor de Itamar Franco foram marcadas para novembro de 1994. Concorreram ao cargo como principais candidatos, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB e Luís Inácio Lula da Silva, do PT. Com o sucesso do Plano Real, Fernando Henrique recebe 54% dos votos válidos da eleição e assume a presidência em 1º de janeiro de 1995. O novo presidente tinha pela frente um país com sérios problemas sociais. Dizem Alencar, Carpi e Ribeiro que

Uma década após a importantíssima reconquista do poder político pelos civis o Brasil, no terreno social, não tinha muito o que comemorar. Ao lado da consolidada democracia institucional, alguns indicadores sociais mostravam que ainda haviam muitos problemas a serem superados: a mortalidade infantil, que cresceu, o desemprego que pouco diminuiu, o salário mínimo que continuou baixíssimo, o investimento em educação, que caiu. [...] (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, 1996, p. 452).

Durante seus primeiros três anos de governo, a prioridade de Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi a estabilização da economia. O bem estar social dos brasileiros não era meta principal em seu plano de governo. Mas poucos não sentiam os efeitos da deterioração dos serviços públicos e do aumento da desigualdade econômica que havia tomado proporções gigantescas na última década. Era necessário que o Estado investisse em educação, saúde, transporte e comunicação.

Se reportando ao seu governo, diz Cancian (200?), que FHC fez com que fossem aprovadas inúmeras reformas constitucionais. Dentre estas destacam-se a aprovação do Congresso Nacional para a quebra dos monopólios estatais nas áreas de comunicação e petróleo e a eliminação de restrições ao capital estrangeiro. Executou ainda uma ampla política de privatização de empresas estatais. As mudanças mais consistentes, relativas a estrutura e funcionamento do Estado brasileiro, se encontram nas reformas tributária e fiscal, previdência social e direitos trabalhistas, alegando estar modernizando o Estado para o desenvolvimento econômico e a integração do país ao mercado mundial. Ainda refere o mesmo autor citado anteriormente que o Plano Real conseguiu segurar a inflação, porém, ocasionou uma forte recessão econômica que resultou nos baixos índices de crescimento da

economia e desemprego em massa, afetando todos os setores da economia, acarretando no fechamento de bancos e empresas, sendo o desemprego a marca negativa do governo.

Diz Cancian (200?) que as oposições acusavam o governo de neoliberal, defensor do capital, por ter privatizado estatais, eliminado direitos trabalhistas e ter uma política econômica prejudicial às camadas mais pobres. O presidente argumentou ter implementado uma série de políticas sociais destinadas à transferência de renda através de programas como bolsa-alimentação, vale-gás e bolsa-escola.

Segundo Alencar, Carpi e Ribeiro, usando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e relatórios do Banco Central, a população brasileira estava estimada em 135.546.000, em 1985, dentre estes, 26% dos brasileiros com mais de 14 anos eram analfabetos, em 1995, a população chegava a 151.523.449, onde 20% era considerada analfabeta. Em 1985, o Brasil contava com 201.430 escolas de 1º e 2º graus e 25.172.088 alunos. Em 1995 o número de escolas de 1º e 2º graus passou para 210.823 e o número de alunos para 34.022.285. Já o investimento na educação passou de 6% do orçamento da União em 1985, para 2,7% em 1995 (ALENCAR; CARPI; RIBEIRO, 1996, p. 454).

Em 20 de dezembro de 1996 é editada a Lei 9.394, estabelecendo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e segundo Kelly, citado por Silva (2003) tem-se por diretrizes: “hão de se entender finalidades e objetivos da educação, desde os políticos e cívicos até os pedagógicos e didáticos: são as diretrizes da política educacional, seja exercida por quem quer que o faça, em iniciativa pública ou privada” (SILVA, 2003, p. 13). Ainda segundo Silva as bases

[...] correspondem aos meios ou recursos, quer os de ordem institucional, e, como a ação se desenvolve em diferentes domínios oficiais – da União aos Municípios – e na área privada, impõe-se a discriminação das competências, ou seja, a determinação dos poderes, ponto de partida das fases na consecução da ação educativa (SILVA, 2003, p. 13).

Segundo o artigo 2º da LDB:

A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 2006, p.258).

A LDB de 1996 vem para desafiar os sistemas educacionais a buscarem alternativas para problemas anteriores, buscando uma educação voltada para a formação do cidadão participativo capaz de responder às demandas da sociedade modernizada. Os grandes eixos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 foram assim definidos:

Título I - Da Educação; Título II – Dos Princípios e Fins da educação Nacional; Título III – Do Direito à Educação e do dever de educar; Título IV – Da organização da educação Nacional; Título V – Dos níveis e das modalidades de educação e ensino, sendo que em seu capítulo I vai tratar da composição dos níveis escolares, no capítulo II da educação básica, no capítulo III da educação profissional, no capítulo IV da educação superior, no capítulo V da educação especial; Título VI – Dos Profissionais da educação; Título VII – Dos recursos financeiros; Título VIII – Das Disposições Gerais; Título IX – Das Disposições Transitórias (BRASIL, 2006a, p.258 a 301).

Conforme Cancian (200?), em 1998 ocorreram novas eleições para a presidência do Brasil. O então presidente FHC antes das eleições, contando com maioria parlamentar, conseguiu aprovar no Congresso uma Emenda Constitucional, a qual permitia a reeleição de presidentes. Assim, Fernando Henrique disputa o cargo e, mesmo estando passando por uma crise econômica, consegue a reeleição.

O governo continua sua política de privatizações de empresas estatais e com o Plano Real. O rígido controle dos gastos públicos fazia parte da gestão, sendo este um dos pontos para se manter a estabilidade econômica. Diz Cancian que “[...] FHC aprovou, em maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal. Tal Lei impede que prefeitos e governadores, e também o governo federal, gastem mais do que a capacidade de arrecadação prevista no orçamento dos respectivos Estados, municípios e da União” (CANCIAN, 200?, p.3). Isso vai acarretar uma falta de investimentos em infra-estrutura, impedindo o desenvolvimento do país.

Ao término do mandato de Fernando Henrique, em 2002, assume a presidência Luís Inácio Lula da Silva, que concorreu às eleições para presidente da República em primeiro turno com Anthony Garotinho, Ciro Gomes, José Maria de Almeida, Rui Costa e José Serra, com o qual disputou o segundo turno.

Luiz Inácio Lula da Silva não provém dos setores dominantes da sociedade e não possui títulos acadêmicos. Tem sua origem junto à classe trabalhadora, atuou por muito tempo como trabalhador e sindicalista metalúrgico na indústria automobilística. Sua vitória nas eleições está ligada a um longo processo de mobilização da classe trabalhadora que tinha

como objetivo a redemocratização do país para a criação de alternativas políticas concretas por parte da esquerda brasileira. Segundo Boito Junior, ao que parece, o governo tem continuado as ações de seu antecessor:

O novo governo, de modo surpreendente para muitos observadores, não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns dos aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho [...] (BOITO JUNIOR, 2003, p. 01).

O modelo neoliberal implica nas sociedades atuais, segundo Santomé (2003), uma ameaça de desemprego permanente, que funciona como uma espécie reguladora das demandas salariais, assim, os indivíduos inseridos nessa lógica convivem com a insegurança, sendo constantemente substituídos por tecnologias em maquinário e os que não são substituídos têm de estar em permanente capacitação profissional e buscando novas habilidades que nem sempre são reconhecidas e remuneradas devidamente.

Diante desse panorama, a sociedade corre o risco de ver as instituições de ensino como valiosas e necessárias apenas na medida em que oferecem uma formação adequada a esse novo mercado, para obter um posto de trabalho no setor privado. Dessa maneira, certas instituições de caráter público e, portanto, com interesses públicos, como as de ensino, são sugadas por serviços privados, transformadas em apêndices de empresas para as quais preparam gratuitamente a mão-de-obra (SANTOMÉ, 2003, p. 32).

Para Frigotto (2003), as práticas educacionais no decorrer da história demonstraram de diferentes formas sua subordinação, de difícil dissimulação, aos interesses do capital, mas em todas elas é clara a diferenciação da formação humana de acordo com a classe social do indivíduo. Ou seja, é nítida a dualidade do ensino, tendo uma formação destinada às classes dirigentes e outra diferenciada para a classe trabalhadora. “[...] De forma cada vez mais dissimulada, todavia, o desenvolvimento dos sistemas de ensino solidificaram uma estrutura dualista e segmentada que perdura até o presente, ainda que de forma diferenciada, em contextos específicos nas diferentes formações sociais capitalistas” (FRIGOTTO, 2003, p. 35).

A educação, diz Plein (2006), diante do atual processo de globalização, impulsionado, acima de tudo, pelo mercado/capital/lucro, levando-se em conta as

desigualdades sociais, políticas e econômicas que o transformam em instrumento de exploração e exclusão, logo, de formador de massas de indivíduos pobres, tem sido usado como forma de manipulação e utilizado como instrumento controlador da sociedade. Dessa maneira, educar buscando a “cidadania plena, onde cada indivíduo possa ser livre e agente participativo na construção de um mundo mais igual, parece ser utópico” (PLEIN, 2006, p. 292).

O sistema educacional, que deveria ser usado para a garantia de obtenção de maiores parcelas de justiça e igualdade caracterizadas como serviço público, com objetivos públicos, gratuito e obrigatório, acaba por tornar-se um mero objeto com vistas à capacitação para um posto de trabalho, um “sistema educacional mercantilista” que, na visão de Santomé, “[...] é aquele cujos títulos ou diplomas têm como objetivo o mercado da produção, distribuição e troca de bens e serviços e gozam de prestígio nele [...]” (SANTOMÈ, 2003, p. 229). Assim, a educação perde o caráter de direito humano fundamental, que deveria ser ofertada a todo e qualquer ser humano, objetivando a formação de indivíduos com habilidades, valores e conhecimentos para exercer sua cidadania, analisar as coisas de forma crítica, passando a ser apenas um sistema capaz de formar indivíduos para o mercado de trabalho.

Acontece que apenas os mais abastados conseguem terminar os estudos e realmente chegar preparados ao mercado de trabalho, pois boa parte dos indivíduos deixa os estudos ainda nas séries iniciais, aumentando cada vez mais os índices de evasão escolar no país. São os frutos do sistema educacional dualista, citado anteriormente. Não é interessante para o capital um sistema educacional igualitário, afinal, para se ter um sistema capitalista funcional, em bom andamento, é de extrema importância a participação de indivíduos passíveis de alienação, não críticos e que necessitem de emprego.

1.2 EVASÃO ESCOLAR COMO EXPRESSÃO DA QUESTÃO SOCIAL

Não são poucos os problemas no âmbito da educação pública brasileira. Escolas com falta de recursos, analfabetismo, altos índices de repetência, baixos salários e precárias condições de trabalho para os professores, entre muitos outros, mas um em particular está dentre os temas que ocupam relevância no âmbito das políticas públicas: a evasão escolar.

A legislação brasileira, no tangente à educação, determina o dever do Estado e da família na vida educacional da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do

Adolescente (ECA), em seu Capítulo IV, normativa o acesso ao ensino gratuito, bem como ressalta a responsabilidade dos pais matricularem seus filhos no Ensino Fundamental e que o Poder Público e os pais zelem pela frequência e permanência dos mesmos na escola. A Constituição Federal de 1988 traz, em seu artigo 6º, a educação como direito social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz a esse respeito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006a, p. 258).

O direito à educação e ao acesso e permanência na escola está garantido por lei, seja na Constituição Federal de 1988, seja no Estatuto da Criança e do Adolescente ou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, o acesso e a permanência de muitos indivíduos na escola continua como promessa não efetivada. Os índices de evasão escolar são altos em muitas escolas, trazendo à tona mais uma expressão da “questão social” no mundo capitalista.

Na concepção de Netto, “A ‘questão social’ é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo. Não se suprime a primeira conservando-se o segundo. [...] a ‘questão social’ está elementarmente determinada pelo traço próprio e peculiar da relação capital/trabalho – a exploração (NETTO, 2001, p. 45). Assim, levando-se em conta as palavras de Netto, enquanto existir o modo de produção capitalista não se poderá suprimir a “questão social”.

Ainda para Netto, através da análise marxiana que funda-se no caráter explorador do regime do capital, pode-se “situar com radicalidade histórica a ‘questão social’, isto é, distingui-la das expressões sociais derivadas da escassez nas sociedades que precederam a ordem burguesa” (NETTO, 2001, p. 46). A exploração não é uma marca do regime capitalista, o que se efetiva como sendo uma marca própria é a efetividade da exploração, fundada em contradições e antagonismos.

Nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta

perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO 2001, p. 46).

Logo, a “questão social” expressa a contradição do modo capitalista de produção. Essa contradição se funda na produção e apropriação da riqueza gerada socialmente, onde os trabalhadores produzem a riqueza através de seu trabalho e os capitalistas se apropriam dela. O trabalhador então passa a ser explorado, já que não usufrui das riquezas que produz. Para Iamamoto e Carvalho

[...] A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e repressão. O Estado passa a intervir diretamente nas relações entre o empresariado e a classe trabalhadora, estabelecendo não só uma regulamentação jurídica do mercado de trabalho, através de legislação social e trabalhista específicas, mas gerindo a organização e prestação dos serviços sociais, como um novo tipo de enfrentamento da questão social. Assim, as condições de vida e trabalho dos trabalhadores já não podem ser desconsideradas inteiramente na formulação de políticas sociais, como garantia de bases de sustentação do poder de classe sobre o conjunto da sociedade [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993, p. 77).

O Estado ainda busca, na concepção de Iamamoto e Carvalho, “[...] através de medidas previstas nessas políticas e concretizadas na aplicação da Legislação e na implementação dos serviços sociais, o processo da pauperização absoluta ou relativa do crescente contingente da classe trabalhadora urbana [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993, p. 78), tal contingente, necessário para que se garantam os níveis de produtividade requeridos pelo capital nessa fase de expansão, são aumentados com a expansão industrial. Para esses autores, ao passo que se desenvolvem as forças produtivas, as formas e o grau da exploração da força de trabalho também se modificam. O posicionamento da classe dominante frente à “questão social” também muda quando se tem interesses econômicos específicos e luta pelo poder envolvida. Em situações de crise econômica e de hegemonia no bloco do poder as ações referentes à questão social sofrem transformações mais expressivas.

Na medida em que aumenta o contingente de trabalhadores e sua participação na política, o Estado passa a atuar sistematicamente acerca das seqüelas da exploração dos trabalhadores pelo capital observadas nas condições de vida dos explorados. A caridade, representada pela filantropia, praticada pela classe dominante frente às expressões da “questão social”, com pouco efeito, é deixada

de lado e substituída pela “[...] centralização e racionalização da atividade assistencial e de prestação de serviços sociais pelo Estado [...] (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993, p. 79).

O que merece ser marcado é que a evolução da questão social apresenta duas faces, indissociáveis: uma, configurada pela situação objetiva da classe trabalhadora, dada historicamente, face às mudanças no modo de produzir e de apropriar o trabalho excedente, como frente à capacidade de organização e luta dos trabalhadores na defesa de seus interesses de classe e na procura de satisfação de suas necessidades imediatas de sobrevivência; outra, expressa pelas diferentes maneiras de interpretá-la e agir sobre ela, propostas pelas diversas frações dominantes, apoiadas no e pelo poder do Estado (IAMAMOTO; CARVALHO, 1993, p.79).

Para Iamamoto, a concentração da riqueza em um pólo social e em outro a concentração da pobreza e da miséria, “potenciando exponencialmente a lei geral da acumulação capitalista (IAMAMOTO, 2008, p. 111)”, é que se sustenta a questão social.

Ao falar em “questão social” se está falando da maioria da população que tem na venda de sua força de trabalho o único meio para prover suas necessidades básicas ou, em muitos casos, o único meio para continuar a sobreviver. É entender as causas das desigualdades entre trabalhadores e mantenedores dos meios de produção em aspectos como as próprias condições de sobrevivência, de acesso a bens e serviços e, até mesmo e peculiarmente, ao acesso a direitos.

A pobreza é expressão direta das relações sociais vigentes na sociedade e certamente não se reduz às privações materiais. Alcança o plano espiritual, moral e político dos indivíduos submetidos aos problemas da sobrevivência. Martins mostra que a pobreza, muito mais que falta de comida e de habitação, é ‘carência de direitos, de possibilidades, de esperança’. Considera vergonhosa essa forma de pobreza, ‘que é a pobreza de direitos’ (MARTINS, 1991, p. 11-15). A pobreza é uma face do descarte de mão-de-obra barata, que faz parte da expansão do capitalismo brasileiro contemporâneo. Expansão que cria uma população sobrando, cria o necessitado, o desamparado e a tensão permanente da instabilidade na luta pela vida a cada dia (YAZBEK, 1993, p. 63).

A “questão social”, fruto da apropriação desigual das riquezas socialmente produzidas se apresenta aos nossos olhos através de suas expressões: o desemprego, o pauperismo, a fome, a favelização, o analfabetismo, a violência, a evasão escolar, entre muitas outras. Isso ocorre pelo fato de o principal objetivo do sistema capitalista ser a acumulação e não a garantia das condições dignas de vida para os geradores da riqueza, os trabalhadores.

A evasão escolar se constitui em um problema complexo que pode ser entendido, simploriamente, como o ato de deixar ou ter de deixar os bancos escolares, por parte dos alunos, pelos mais diversos motivos. Estes motivos geralmente perpassam pelas relações sociais que se estabelecem no modo capitalista de produção, sejam eles motivados pelo desemprego, pelo não acesso aos bens socialmente construídos, pelo não acesso a cultura, consciência política e direitos sociais. É um dos entraves que atrapalham o desenvolvimento, já que priva os cidadãos do direito ao aprendizado. Para se combater a evasão escolar é necessário levar-se em conta uma série de fatores, fatores estes que contribuem para o aumento dos índices de evasão. Esses fatores determinantes podem se originar na família - como o índice de escolaridade dos pais, suas condições de vida ou mesmo o acompanhamento ou não da vida educacional dos filhos - até problemas resultantes das desigualdades sociais ou problemas internos na escola. Arroyo ainda diz que as desigualdades sociais embutidas na sociedade brasileira, provindas das diferenças entre classes aceleram e aumentam essa problemática escolar.

É essa escola das classes trabalhadoras que vem fracassando em todo lugar. Não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais (ARROYO *apud* QUEIROZ, 200?, p.3).

Ainda dentre os fatores determinantes, segundo Queiroz (200?), pode-se citar a obrigatoriedade do trabalho, por parte do aluno, para sustentar a família e suas próprias necessidades, a má alimentação ou desnutrição nas classes mais baixas (de muitas famílias de trabalhadores empregados ou desempregados) e mais propensas à evasão ou, até mesmo, a forma como a escola trata e recebe esses alunos. Percebe-se, analisando os fatores que contribuem para a evasão escolar, que esta problemática afeta diretamente a classe trabalhadora, já que aqueles que pertencem à classe dominante não irão precisar largar os estudos para trabalhar, sustentar a família ou mesmo porque sentem fome, frio e não têm as mínimas condições materiais, como roupa, calçado, condições para compra de material, transporte, entre outros, para freqüentarem a escola.

Cabe ressaltar que a evasão escolar constitui um problema cuja solução não compete apenas à escola ou só a família ou, ainda, a uma parcela da sociedade ou de profissionais de uma área do conhecimento. Considerando-se que é uma das expressões da questão social, compete a todos a responsabilidade sobre esta problemática que toma cada vez

mais vultosos índices de ocorrência, principalmente por parte das camadas mais pobres da sociedade, tal como mostra o artigo de Lisandra Paraguassú publicado no jornal *O Estado de São Paulo* e publicado na internet no sábado, 8 de março de 2008:

[...] o cruzamento de informações feito pelo **Estado**, com dados dos Ministérios do Desenvolvimento Social e da Educação, revela que nos 200 municípios onde há mais famílias dependentes do Bolsa-Família a evasão escolar, contando os abandonos da 1ª a 8ª séries, cresceu entre 2002 e 2005. Em alguns casos, o número de crianças que deixam a escola mais do que dobrou. Em todas as cidades mais da metade é atendida pelo programa. [...] O abandono escolar cresceu em 45,5% dos municípios (91) com mais atendimentos do Bolsa-Família. Em outros 18,5% (37 cidades) não houve piora ou melhora significativas - a variação foi de menos de 1 ponto porcentual para mais ou para menos. Juntos, a piora do abandono e a manutenção da péssima realidade escolar somam 64%. O ano de 2002 foi o último antes do início do Bolsa-Família, e 2005, o último com dados oficiais disponíveis (PARAGUASSÚ, 2008, p.1).

Ainda segundo Paraguassu (2008), os números demonstram a falha no programa Bolsa-Família que tenta manter as crianças na escola pelo menos até que concluem a 8ª série do ensino fundamental, objetivando uma maior escolaridade entre as classes desfavorecidas, mas, “ao estabelecer 15 anos como limite para o pagamento, o programa deixa para trás boa parte dos meninos e meninas mais atrasados - na média, os estudantes pobres estão três anos abaixo da série em que deveriam estar” (PARAGUASSU, 2008, p.2). Assim, os pais obrigam os filhos a permanecerem na escola até essa idade, depois é mais interessante manter os filhos trabalhando do que na escola. Este fato é constatado em função do aumento da pobreza generalizada da classe trabalhadora, os altos índices de desemprego dos pais, a falta de acesso aos bens e serviços públicos, ou seja, o processo ampliado de proletarização. A Tabela 1, a seguir, mostra os indicadores de aprovação, reprovação e abandono no ensino médio, conforme a região geográfica brasileira, nos anos de 2004 e 2005:

TABELA 1 – INDICADORES DE APROVAÇÃO, REPROVAÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NO BRASIL EM 2004 E 2005

Brasil/Regiões Geográficas	2004			2005		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	73,3	10,4	16,0	73,2	11,5	15,3
Norte	69,3	8,8	21,6	70,5	8,7	20,8
Nordeste	70,9	8,2	20,9	70,9	9,0	21,1
Sudeste	76,4	11,8	11,8	76,1	13,0	10,9
Sul	72,7	13,4	13,9	72,3	14,5	13,2
Centro-Oeste	69,9	11,1	19,0	71,5	10,9	17,6

Fonte: MEC/Inep, Censo Escolar 2008

Os dados do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) realizados pelo Censo Escolar de 2006 evidenciam um grande índice de evasão escolar no país (abandono), chegando nos Estados do Norte e Nordeste, nos anos de 2004 e 2005, com índices acima de 20% e, no sul do Brasil, acima de 13% de evasão escolar. Infelizmente os dados oficiais apresentam somente aspectos quantitativos das pesquisas, o que deixa a desejar, na análise qualitativa, sobre os aspectos qualitativos, isto é: motivos, razões, fatores, isto é, quais são as motivações que contribuíram para a evasão escolar.

O grande problema é exatamente esse: desigualdade social e a exploração. Os filhos da classe trabalhadora têm de começar muito cedo a vender sua força de trabalho para poder se manter vivo e, dessa forma, continuar na escola é utopia para muitos. Têm de abdicar da escola para trabalhar em serviços que mal garantirão sua alimentação, como é o caso dos meninos e meninas que largam os bancos escolares para catar recicláveis, além de trabalharem em condições indignas. Portanto, a educação, como direito social, ainda não alcança toda sociedade brasileira e, por sua vez, não estão sendo atingidos os objetivos da educação, conforme previsto na Constituição Federal e na LDB/1996. Significa dizer que muitas crianças, adolescentes e jovens não estão tendo a chance de alcançar um diploma, principalmente a partir da segunda fase do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e ensino médio e, mais difícil ainda é o acesso ou permanência no ensino superior. A educação não está, para muitos brasileiros, atendendo a prerrogativa de direito social para que consigam condições mais dignas de trabalho, de vida e de cidadania.

Pensada como expressão da “questão social” que acarreta enormes perdas à classe trabalhadora, que é quem mais usufrui do sistema educacional público por não ter condições de arcar com os gastos de um sistema privado, a evasão escolar constitui também objeto de estudo e trabalho do Serviço Social, conforme abordado no próximo tópico.

1.3 A INSERÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: UMA PERSPECTIVA MULTIDISCIPLINAR

O Serviço Social pode ser entendido como uma profissão que tem como objeto de intervenção as expressões da “questão social”, tendo, no Código de Ética Profissional do Assistente Social – Resolução CFESS nº 273/93, como alguns de seus princípios fundamentais, a defesa intransigente dos direitos humanos, a ampliação e consolidação da cidadania, a defesa do aprofundamento da democracia e o posicionamento em favor da

equidade e justiça social. Assim sendo, a evasão escolar, tida como uma expressão da “questão social”, bem como outros problemas educacionais correlatos, constituem-se objeto de intervenção da profissão.

Na perspectiva de Almeida (2000), durante muito tempo a única ligação entre educação e Serviço Social se dava pelo campo da formação profissional ou à dimensão educativa do trabalho de assistente social. Porém, o sistema educacional se torna cada vez mais campo de atuação dos profissionais assistentes sociais, tendo novos significados, que podem ser examinados a partir de dois eixos:

[...] a posição estratégica que a educação passou a ocupar no contexto de adaptação do Brasil à dinâmica da globalização e o movimento interno da categoria, de redefinição da amplitude do campo educacional para a compreensão dos seus espaços e estratégias de atuação profissionais (ALMEIDA, 2000, p. 20).

A Política da Educação então passa a ser relevante para o Serviço Social. Isso porque, neste último quarto de século XX, a educação passou a ter lugar de destaque nas esferas culturais e econômicas em virtude de uma alteração nos padrões de organização social da produção.

Ainda segundo Almeida (2000), a contribuição do Serviço Social para a garantia do direito a educação deve ser pensada remetendo-se a temas que perpassam a realidade social, política, econômica e cultural. Os altos níveis de pobreza e miséria da população brasileira se apresentam das mais variadas formas e o processo educacional também se constitui em um espaço de concretização desses problemas. O sistema de ensino brasileiro tem se mostrado insuficiente no referente ao número de vagas para o atendimento dos alunos, além de demonstrar baixa qualidade. “As estatísticas tem demonstrado, que em algumas regiões do país 60% dos alunos que iniciam seus estudos não chegam a concluir a 8ª série do ensino fundamental, ou seja, não concluem a segunda etapa da Educação Básica” (ALMEIDA, 2000, p. 11).

O baixo rendimento, desinteresse pelo aprendizado e evasão escolar, dentre outros têm sido citados como as grandes dificuldades de avanço destes alunos. As mais diferentes literaturas têm demonstrado que estes indicadores não se constituem em fatores exclusivamente relativos à escola, e sim fatores que estão aliados a outras formas de expressão dos problemas de âmbito social enfrentados pelo educando e sua família. O enfrentamento destes problemas constitui-se no grande desafio do sistema de ensino público

brasileiro, pois se é responsabilidade e dever do Estado prover a Educação Pública, garantindo o acesso e a permanência do aluno na Escola, conseqüentemente faz parte de sua competência dotar o sistema da infraestrutura necessária para que seja assegurada a efetivação deste direito (ALMEIDA, 2000, p. 11).

Nesse contexto, cabe ao profissional de Serviço Social buscar reconhecer os fatores que determinam as problemáticas do campo educacional, tais como, segundo Almeida (2000): a evasão escolar, o baixo rendimento escolar, entre outros. Tais problemáticas complexas necessitam de uma intervenção conjunta, isto é, multidisciplinar, que deve ser pensada por profissionais de diferentes áreas do conhecimento, dentre os quais inclui-se o Assistente Social.

De acordo com o Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000 do Conselho Federal de Serviço Social, cabe ao profissional que atuar com o Serviço Social escolar desenvolver atividades técnicas profissionais, dentre outras as seguintes funções:

- Pesquisa de Natureza sócio-econômica e familiar para caracterização da população escolar;
- Elaboração e execução de programas de orientação sócio-familiar, visando prevenir a evasão escolar e melhorar o desempenho e rendimento do aluno e sua formação para o exercício da cidadania;
- Participação, em equipe multidisciplinar, da elaboração de programas que visem prevenir a violência; o uso de drogas e o alcoolismo, bem como que visem prestar esclarecimentos e informações sobre doenças infecto-contagiosas e demais questões de saúde pública;
- Articulação com instituições públicas, privadas, assistenciais e organizações comunitárias locais, com vistas ao encaminhamento de pais e alunos para atendimento de suas necessidades;
- Realização de visitas sociais com o objetivo de ampliar o conhecimento acerca da realidade sócio – familiar do aluno, de forma a possibilitar assisti-lo e encaminhá-lo adequadamente;
- Elaboração e desenvolvimento de programas específicos nas escolas onde existam classes especiais;
- Empreender e executar as demais atividades pertinentes ao Serviço Social, previstas pelos artigos 4º. e 5º. Da Lei 8662/93, não especificadas acima. (CFESS. 2000, p.29-30).

A contribuição do Serviço Social no âmbito educacional é imensa, visto que um profissional Assistente Social tem a possibilidade de realizar projetos sociais, indicando possíveis alternativas para problemas sociais vividos por muitos educandos, inseridos em um processo de conquista de cidadania e emancipação humana de suas famílias, a própria escola e, conseqüentemente, sua comunidade.

Segundo Amaro, Barbiani e Oliveira (1997), muitos são os determinantes que fazem com que o ambiente escolar, tido como um ambiente de crescimento, expansão das potencialidades, da livre expressão e da formação de cidadania se desintegre. Dizem eles que,

Nesse sentido, o Assistente Social pode assumir, no bojo de suas atribuições, o papel do profissional que articula propostas de ação efetivas, a partir do resgate da visão da integralidade humana e do real significado histórico-social do conhecimento. A interdisciplinaridade aparece neste contexto como uma das possibilidades de instrumentalizar os profissionais a interagir em equipe de forma mais coerente e eficiente, conjugando esforços, ampliando o raio de análise e de ação, face a uma realidade sempre pronta a nos desafiar e a tornar nossa intervenção obsoleta (AMARO; BARBIANI; OLIVEIRA; 1997, p. 35).

Assim, o êxito do Serviço Social escolar está na possibilidade em gerar meios para a efetivação de um trabalho em conjunto, articulando formas de engajamento com a comunidade escolar buscando novas alternativas de intervenção, analisando as situações em um contexto de acumulação de capital e de divisão de classes sociais e localizando a prática profissional dentro dessa totalidade.

Dentre uma das competências do Serviço Social em escolas está a formulação de projetos que tenham como objetivo o combate e prevenção da evasão escolar. Para tanto, é necessário que se tenha clareza sobre o índice de evasão escolar e os motivos que levam o aluno a deixar a escola. Esse é o tema do próximo capítulo: a evasão escolar como desafio da educação brasileira, mais especificamente no município de Toledo/PR, trazendo os dados da pesquisa empírica realizada nos colégios de ensino médio da cidade.

2 EVASÃO ESCOLAR: DESAFIOS DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Milhões de jovens brasileiros são matriculados nas escolas todos os anos. Matricular não é tarefa difícil, o grande problema é que uma boa parte pára no meio do caminho e não conclui o ano. O alto número de desistências é preocupante, já que acarreta sérios problemas aquele que, pelos mais variados motivos, não se mantém na sala de aula, trocando-a por qualquer outra atividade. Esse é um dos desafios da educação brasileira: manter suas crianças e adolescentes na escola.

É para discutir as causas da evasão escolar e buscar entendê-la como uma expressão da “questão social” que se concretizou a pesquisa que segue. Primeiramente, se

abordará os aspectos metodológicos da pesquisa, seguindo com a apresentação e análise dos dados que teve como campo empírico as escolas de ensino médio do centro e bairros da cidade de Toledo, Estado do Paraná e como sujeitos os Diretores e Coordenadores Pedagógicos destas escolas.

2.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Para Gil (1991) a pesquisa pode ser entendida “como o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos” (GIL, 1991, p. 19). O processo metodológico da pesquisa iniciou-se com a escolha do tema a ser estudado, *Evasão Escolar: desafios do processo educacional* e, em seguida, na problematização do tema obteve-se o problema a ser respondido: As expressões da “questão social” são fatores determinantes para a evasão escolar?. Para tanto, optou-se como campo empírico pelas escolas de ensino médio do centro e bairros da cidade de Toledo, Estado do Paraná. Sequencialmente foram construídos os objetivos da pesquisa, tendo como Objetivo Geral “Identificar as variáveis que contribuem para a evasão escolar e compreender sua relação com as expressões da “questão social” e, como Objetivos Específicos: conhecer o movimento sócio-histórico e político da história da educação brasileira; identificar as expressões da “questão social” no contexto escolar; analisar os dados qualitativos da evasão escolar nas escolas de ensino médio públicas da cidade de Toledo/PR no período de 2006-2007; apreender a importância do trabalho multidisciplinar, em especial do Serviço Social no espaço escolar.

Após construção de um referencial teórico, por meio de revisão bibliográfica e consulta a *sites* sobre dados oficiais em relação ao tema/problema, especialmente acerca de temas como a história da educação e evasão escolar, foram aplicados questionários como instrumento de coleta de dados em 14 escolas de ensino médio regular públicas da cidade, sob responsabilidade do sistema de ensino do Estado do Paraná, tendo como público alvo os diretores das escolas e como objetivos obter respostas acerca do tema, problema e objetivos pertinentes à temática da “evasão escolar”.

A abordagem utilizada foi a qualitativa, que para Minayo

[...] responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças,

valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...] [...] a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e das relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Tal escolha deu ensejo para a descrição da complexidade do problema e das questões norteadoras que se fundam em buscar saber quais os determinantes socioeconômicos que fundamentavam a Política Social da Educação Brasileira, quais as razões da evasão escolar, em especial no município de Toledo – PR, se existe relação entre expressão da “questão social” e evasão escolar e qual a contribuição da práxis profissional do Assistente Social no combate a evasão escolar.

Diz Gil (1991) que ao classificar algo se devem levar em conta alguns critérios. No caso de pesquisas “é usual a classificação com base em seus objetivos gerais” (GIL, 1991, p. 45). As pesquisas podem ser classificadas em três grupos, segundo o autor mencionado anteriormente: exploratórias, descritivas e explicativas. As pesquisas exploratórias “têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. [...] [...] têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições (GIL, 1991, p. 45). Já as pesquisas descritivas “[...] têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis” (GIL, 1991, p. 46). Por sua vez, as pesquisas explicativas “[...] têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Este é o tipo de pesquisa que mais aprofunda o conhecimento da realidade, porque explica a razão, o porquê das coisas” (GIL, 1991, p. 46-47). Levando em conta as explicações de Gil (1991) e tendo em vista que o objetivo geral da referente pesquisa é “identificar as variáveis que contribuem para a evasão escolar e compreender sua relação com as expressões da “questão social”, afirma-se que esta se classifica como uma pesquisa exploratória, por ser ainda uma aproximação com o problema e, também, por se tratar de uma pesquisa que tem seu escopo geográfico limitado no município de Toledo, portanto, os dados obtidos neste campo empírico não podem ser considerados, necessariamente, como sendo as mesmas respostas para outras regiões do país, uma vez que realidades, culturas, expressões da questão social podem se manifestar de forma diferenciada.

De acordo com Oliveira (2007), tendo em vista que a pesquisa é um processo que envolve criatividade na utilização dos instrumentos de coleta de dados, significa dizer que

devem ser usados aqueles que mais oferecem condições para a apropriação do objeto de estudo de cada pesquisa e que não distorçam a realidade, mas sim, captem de forma a mostrá-la o mais claro e verdadeiramente possível.

Inicialmente, no projeto de pesquisa, tratou-se da possibilidade da entrevista semi-estruturada como instrumento de coleta de dados, por considerar esta a melhor forma de compreender, identificar e explorar a própria fala dos sujeitos da pesquisa. Entretanto, em contato com o responsável pelo Núcleo Regional de Educação e com os diretores das escolas, estes preferiram o questionário em função de uma série de questões levantadas pelos mesmos, desde a falta de tempo para atender o pesquisador e, preferencialmente, gostariam de ver as questões da pesquisa antecipadamente. Este contexto no processo de levantamento dos dados empíricos fez com que houvesse a opção pelo questionário como instrumento de coleta de dados, que na concepção de Haguette (1987) pode ser definido como uma técnica convencional de coleta de dados. Para Gil (1991) o questionário é entendido como “[...] um conjunto de questões que são respondidas por escrito pelo pesquisado [...]” (GIL, 1991, p. 90), usado para a coleta de dados da pesquisa.

Primeiramente, entrou-se em contato com o Núcleo Regional de Educação para obter permissão, após a explicação sobre o tema e problema da pesquisa, para a realização da pesquisa e informações necessárias sobre as escolas de ensino médio de Toledo. Neste momento, foi repassada pelo Núcleo Regional de Educação, a Tabela dos índices de Evasão Escolar referentes aos anos de 2006 e 2007 do ensino médio da rede estadual, conforme dados demonstrados nas Tabelas 2 e 3 a seguir. Os dados constantes nas Tabelas são preocupantes em termos de quantitativo de evasão escolar em Toledo e, este fato, instigou mais ainda a necessidade de compreender, mesmo que aproximativamente, este processo, visto que em determinadas séries e escolas, a evasão escolar chega a ser superior a 30%.

TABELA 2 – DADOS DA EVASÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO – TOLEDO/PR
ANO 2006

Nome da escola	1ªsérie	2ªsérie	3ªsérie
Colégio Estadual Antônio José Reis	15,17%	17,16%	18,00%
Colégio Estadual Senador Atílio Fontana	32,90%	30,69%	23,59%
Colégio Estadual Ayrton Senna da Silva	20,33%	25,00%	0,00%
Colégio Estadual Presidente Castelo Branco	2,95%	4,55%	4,48%
Colégio Estadual Dario Vellozo	15,57%	23,52%	14,14%
Colégio Estadual Esperança Favaretto Covatti	8,10%	25,00%	13,04%
Colégio Estadual Vereador Francisco G. Lima	32,25%	20,68%	21,42%
Colégio Estadual Jardim Europa	34,09%	35,18%	24,69%
Colégio Estadual Jardim Gisele	21,53%	6,77%	17,30%
Colégio Estadual Jardim Maracanã	11,85%	16,66%	36,84%
Colégio Estadual Jardim Porto Alegre	18,01%	6,89%	13,28%
Colégio Estadual João Arnaldo Ritt	23,91%	23,91%	18,18%
Colégio Estadual Dr. João C. Ferreira	20,00%	13,04%	18,75%
Colégio Estadual Luiz Augusto Morais Rego	27,41%	15,62%	16,12%
Colégio Estadual Novo Horizonte	26,47%	18,08%	22,07%
Colégio Estadual Novo Sarandi	33,33%	16,21%	0,00%

FONTE: Núcleo Regional de Educação de Toledo/Pr– INFO. EDUC. 2006 - 2007

NOTA: Informações cedidas pelo Sr. Jakson Farias, no dia 19 de junho de 2008.

TABELA 3 - DADOS DA EVASÃO ESCOLAR – ENSINO MÉDIO – TOLEDO/PR
ANO 2007

Nome da escola	1ªsérie	2ªsérie	3ªsérie
Colégio Estadual Antonio José Reis	16,13%	21,23%	17,80%
Colégio Estadual Senador Atílio Fontana	35,95%	33,01%	26,58%
Colégio Estadual Ayrton Senna da Silva	42,50%	26,53%	10,81%
Colégio Estadual Presidente Castelo Branco	7,09%	3,18%	5,86%
Colégio Estadual Dario Vellozo	24,62%	14,44%	18,68%
Colégio Estadual Esperança Favaretto Covatti	11,43%	10,34%	12,00%
Colégio Estadual Vereador Francisco G. Lima	22,73%	18,18%	6,67%
Colégio Estadual Jardim Europa	34,00%	50,00%	40,35%
Colégio Estadual Jardim Gisele	0,00%	0,00%	0,00%
Colégio Estadual Jardim Maracanã	16,67%	26,21%	30,34%
Colégio Estadual Jardim Porto Alegre	11,83%	16,36%	15,15%
Colégio Estadual João Arnaldo Ritt	10,02%	21,43%	29,63%
Colégio Estadual Dr. João C. Ferreira	7,41%	38,10%	14,71%
Colégio Estadual Luiz Augusto Morais Rego	20,48%	18,83%	22,22%
Colégio Estadual Novo Horizonte	28,57%	26,09%	8,20%
Colégio Estadual Novo Sarandi	35,19%	17,95%	15,15%

FONTE: Núcleo Regional de Educação – INFO. EDUC. 2006 - 2007

NOTA: Informações cedidas pelo Sr. Jakson Farias, no dia 19 de junho de 2008.

Uma vez autorizada a pesquisa por parte do Núcleo Regional de Educação, foi realizado contato, via telefone, com os diretores das escolas nos quais se pretendia realizar a pesquisa. O questionário (ver roteiro no Apêndice 1), constituído com dezoito questões semi-estruturadas, foram enviados por e-mail ou entregues pessoalmente, conforme preferência dos sujeitos da pesquisa.

Para realizar esta pesquisa foi necessário definir o universo ou população a ser estudada, que pode ser entendido como sendo as pessoas que compõem o objeto de estudo da pesquisa se concretizando em uma totalidade. Mas, em alguns casos não há possibilidades de pesquisar essa totalidade, fez-se necessário delimitar um número de pessoas a serem pesquisadas e esse número de pessoas que irão fazer parte da pesquisa são definidas como a amostra. Segundo Gil “A amostragem nos levantamentos sociais pode assumir formas diversas, em função do tipo de população, de sua extensão das condições materiais para realização da pesquisa etc” (GIL, 1991, p. 97). Assim, pode-se dizer que o universo da pesquisa são todas as escolas de ensino médio de Toledo – PR, constituída por um número de 18 escolas no município e, como critério de seleção da amostra optou-se pelas escolas de ensino médio públicas que localizam-se no centro e nos bairros da cidade de Toledo, portanto, excluindo as escolas de ensino médio localizadas nos distritos (interior do município).

A amostra desta pesquisa constitui-se assim de 11 (onze) escolas localizadas na área urbana do município de Toledo. Dessa forma, utilizou-se do tipo de amostra não-probabilística intencional, que pode ser entendida como aquela em que “O pesquisador determina a quantidade de elementos ou o número de pessoas aptas a responder um questionário” bem como “decide analisar um determinado fenômeno sem ter de fazer generalizações em relação ao universo da pesquisa” (OLIVEIRA, 2007, p. 88-89).

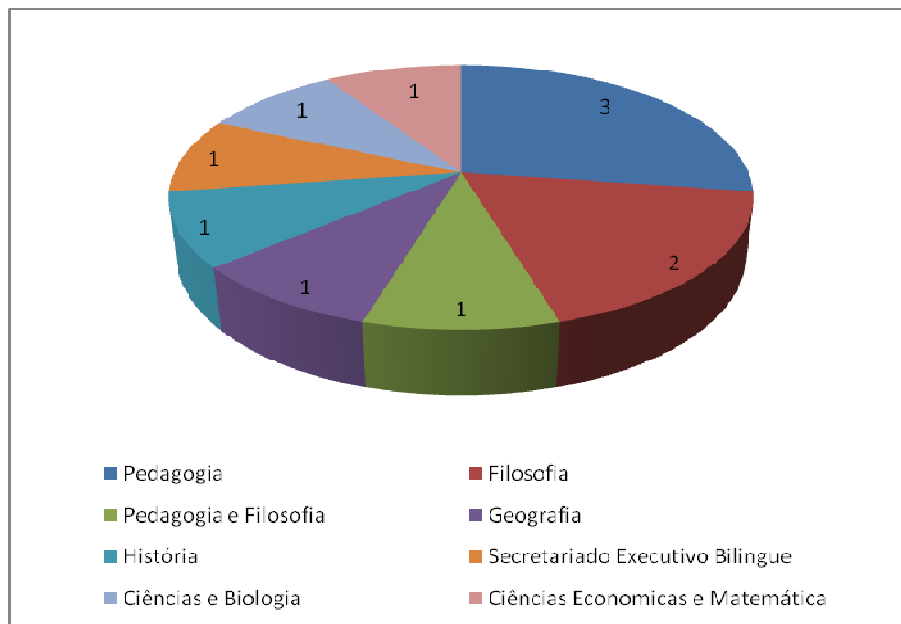
Cabe ressaltar que, na apresentação e análise dos dados, não serão identificadas as escolas e sujeitos para resguardar o sigilo e ética profissional da pesquisa. Portanto, os extratos das respostas abertas que constam na íntegra, estão identificadas como E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 e E11. Para se chegar a esta identificação de código, foi feita a numeração aleatória do questionário.

2.2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste item serão apresentados os dados da pesquisa empírica realizada nos colégios de ensino médio sob responsabilidade da rede estadual, localizados no centro e bairros da cidade de Toledo, Estado do Paraná, bem como, será feita a análise destes dados onde tentar-se-á entender uma série de fatores que implicam nos índices de evasão escolar.

A pesquisa tinha como público alvo os diretores das escolas, porém, obtiveram-se questionários respondidos por pessoas que ocupam cargos diferenciados, como diretores ou coordenadores pedagógicos. A caracterização dos sujeitos da pesquisa pode ser assim identificada: dois coordenadores pedagógicos e nove diretores e, dentre estes, 3 têm formação acadêmica em Pedagogia, 1 em Pedagogia e Filosofia, 1 em Geografia, 1 em História, 1 em Secretariado Executivo Bilíngüe, 1 em Ciências e Biologia, 2 em Filosofia e 1 em Ciências Econômicas e Matemática. O gráfico 1, a seguir, traz estes dados:

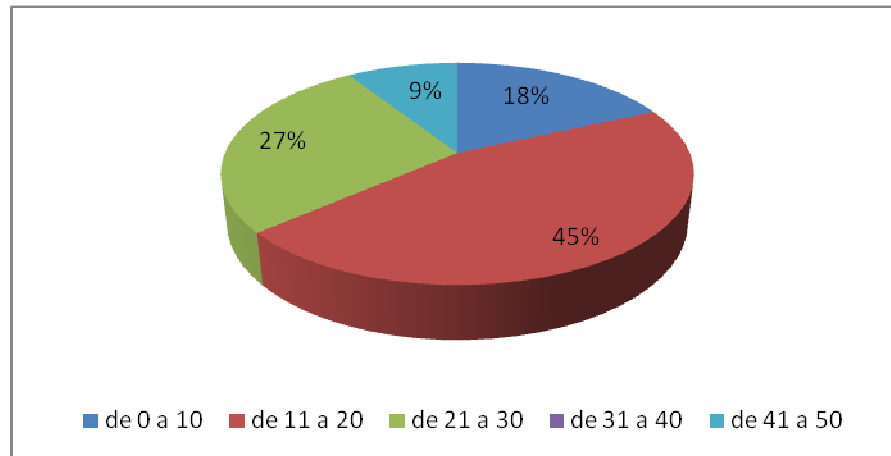
GRÁFICO 1 – FORMAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFISSIONAIS QUE RESPONDERAM AO QUESTIONÁRIO



FONTE: Dados coletados na pesquisa

O gráfico 2 que segue demonstra o tempo de atuação dos profissionais na área educacional que varia de 7 à 41 anos.

GRÁFICO 2 – TEMPO DE ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS NA ÁREA EDUCACIONAL



FONTE: Dados coletados na pesquisa

Os bairros nos quais se localizam as escolas e que responderam ao questionário da pesquisa (11 escolas) constam, a seguir, em ordem alfabética. Esta forma de exposição não significa co-relação entre a identificação das respostas nas questões pertinentes às perguntas abertas: uma escola no Jardim Belo Horizonte, uma escola no Jardim Bressan, uma escola no Centro da cidade, uma escola no Jardim Coopagro, uma escola no Jardim Gisele, duas escolas no Jardim La Salle, uma escola no Jardim Maracanã, uma escola no Jardim Porto Alegre, uma escola no Santa Clara IV e uma escola no São Francisco II. Na maioria dos casos a população que é atendida nessas escolas é de baixa renda, provindos de famílias proletárias, como se pode observar nas respostas, a seguir:

O bairro em que esta Instituição de Ensino está inserida é de classe econômica e social baixa e a situação econômica e social da maioria dos alunos também é baixa.(E1)

O colégio atende 3 comunidades: Bressan – é um bairro de pessoas mais velhas, onde os filhos já estão casados e não moram mais com os pais, em algumas casas funcionam como república, de homens que trabalham na Sadia (prestando serviço temporário). No Parizotto as famílias são carentes economicamente, porém os pais têm empregos e os alunos vivem com suas famílias. No entanto nossa maior clientela é do César Parque, um loteamento mais novo, onde a dificuldade econômica (desemprego, marginalidade, trabalho temporário) e social (famílias desestruturadas, alunos que vivem períodos sem o acompanhamento de um adulto, onde o Conselho Tutelar tem que estar sempre interferindo, violência, conflitos familiares e marginalidade) estão mais presentes no dia-a-dia da escola. (E2)

A situação sócio-econômica é de baixa renda, pois a maioria dos habitantes são assalariados, bóias-frias, desempregados, operários, e pequenos comerciantes. E quanto aos alunos, apesar do empenho das pessoas envolvidas na política educacional da escola, há ainda uma grande maioria

que necessita de atenção especial, tanto em termos de cognição, dificuldades de aprendizagem, quanto na área de formação humana, e também profissional quando em relação ao ensino médio, pois 25% dos alunos que terminam o ensino fundamental não ingressam no ensino médio. Em fim escola de periferia e de realidade bastante peculiar para um país de grandes contrastes econômicos, políticos e sociais. (E3)

A população do bairro é de nível econômico baixa alta e médio, com ampla estrutura a disposição, como luz, água, asfalto, escolas, universidades, etc. Os alunos que freqüentam o colégio são de diferentes bairros e distritos do município, sendo portanto de origem econômica e social heterogênea. (E4)

Um leve número de classe média baixa, um numero razoável de famílias pobres e desempregados, 40% de filhos com pais separados. (E5)

Bairro onde a maioria dos pais dos alunos trabalham na Sadia e aproximadamente 60% deles ganham de 3 à 5 salários mínimos.(E6)

O bairro que o colégio está inserido é de classe média, os alunos são de vários bairros: Santa Maria, Vila Becker, Filadélfia, Recanto, Pancera, La Salle, Centro, BNH Tocantins, Parizoto e também do interior. (E7)

Analisando o setor de trabalho dos pais, percebe-se que predomina o trabalho em empresa privada, seguido do setor de agricultura, pecuária e serviços ocasionais. A renda familiar dos alunos predomina na faixa entre 03 e 04 salários mínimos. O nível de alfabetização no bairro em que a escola está inserida é de aproximadamente 100%. O nível de escolaridade é de Ensino Médio incompleto tanto para os pais quanto para as mães. (E8)

O bairro classe média, sendo que a maioria dos pais dos alunos que estudam no Colégio pode se afirmar que são classe média baixa, assalariados. (E9)

A escola têm uma localização privilegiada entre o teatro, o lago, a Prefeitura e a Rodoviária Municipal. Contamos com alunos de todas as classes sociais e econômicas, bem como, alunos de vários bairros e do interior. (E10)

Bairro: A situação social em desenvolvimento com infra-estrutura inacabada. Alunos: Classificam-se em sua maioria como baixa renda. (E11)

Em apenas dois dos colégios - (E10) e (E4) - percebe-se uma pequena mudança na resposta, colégios estes localizados na área nobre da cidade. O que se observa é que em todos os colégios encontram-se alunos de baixo nível econômico, filhos de proletários, ou, até mesmo, de desempregados. Isso demonstra o quanto é necessário um profissional de Serviço Social dentro das escolas, já que este é o profissional capacitado para trabalhar com as mais diversas situações sociais, dentre elas com as situações de vulnerabilidade social. As respostas obtidas por parte das escolas que participaram da pesquisa, ao serem questionados sobre quais os procedimentos tomados quando identificados pela escola alunos/famílias em situação de

vulnerabilidade social foram diversas, no entanto, poucas delas trariam algum resultado. Estas ainda demonstraram que muitos não têm clareza do que venha ser “vulnerabilidade social”, como também, quais instituições públicas que podem vir a trabalhar com essas situações:

Encaminha-se a família para Provopar e outros órgãos que possam auxiliar. (E1)

Primeiramente a escola chama a família e orienta, depois comunica através de um informe pedagógico o Conselho Tutelar e a psicóloga do núcleo, dependendo da gravidade da situação a patrulha escolar e a promotoria pública. (E2)

Depende da situação e do ocorrido que se encaixa nesta questão de vulnerabilidade, há casos em que se chama a patrulha, conversa, se explica e relata tudo em ata. Mas na maioria dos casos se aconselha, registra e comunica os pais, convoca os mesmos para conversa pessoal e ainda há momentos em que precisamos comunicar o conselho tutelar. (E3)

Embora seja uma exceção a existência de alunos em vulnerabilidade social, quando o fato é percebido, a família é chamada p/ vir ao colégio e orientada e encaminhada p/ os órgãos competentes. (E4)

Diálogo constante com os pais e alunos. Manter um relacionamento solidário consciente, encaminhamento dos alunos que necessitam de ajuda para órgãos responsáveis. (E5)

As famílias são encaminhadas para as entidades filantrópicas e ou orientadas como fazer cadastros. (E6)

Fazemos contato com a família, orientamos sobre possibilidades e encaminhamos para os órgãos competentes. (E7)

A escola informa aos órgãos competentes. (E8)

É encaminhado para os órgãos competentes, que podem resolver a situação de vulnerabilidade. (E9)

Buscamos apoio via Núcleo Regional de Educação ou mesmo na Comunidade escolar. (E10)

As orientações dentro do ensino-aprendizagem é de orientar, ensinar, propor e mostrar as diversas realidades a que estão inseridas e como superá-las. Os cursos profissionalizantes estão em fase de implantação. (E11)

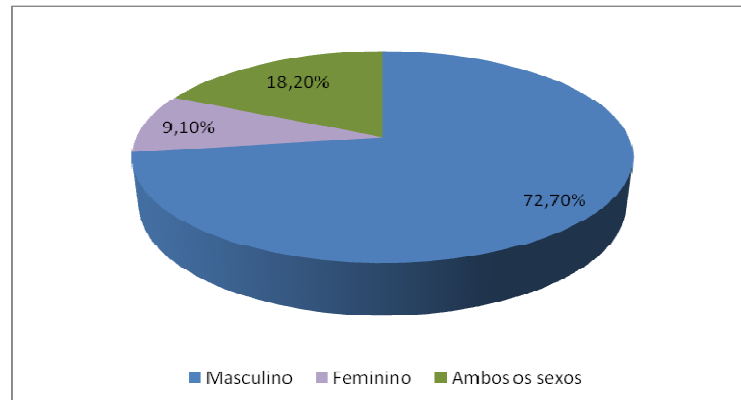
Como se pode perceber através das respostas à questão, algumas escolas não têm domínio de como se portar frente às questões de vulnerabilidade social. Não se observa clareza, em algumas respostas, quanto ao encaminhamento correto para entidades ou instituições que possam lidar com estes casos de forma que, no mínimo, possam contribuir

para atender as demandas e necessidades dessas pessoas. Daí a necessidade de se ter profissionais capacitados e com clareza para tratar dessas questões. A Lei de Regulamentação da Profissão (lei nº 8.662, de 7 de julho de 1993) de Serviço Social traz em seu artigo 4º as competências do Assistente Social, quais sejam:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III – encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e a população; IV – (VETADO) V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI – planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII – planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X – planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI – realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades (BRASIL, 2006d, p. 33-34).

Neste sentido, pode-se afirmar que um dos profissionais capacitados e competentes que poderia trabalhar com alunos e familiares em situação de vulnerabilidade é o profissional de Serviço Social, considerando as demandas e, portanto, viabilidade para a inserção deste profissional na área educacional. Em relação à evasão escolar todas as escolas que responderam ao questionário (100%) apresentam índice, na maioria delas elevado. Analisados por gênero os questionários respondidos demonstram que em 72,7% (8 questionários) dos casos de evasão escolar são do sexo masculino, 9,1% (1 questionário) são do sexo feminino e 18,2% (2 questionários) apontam igualdade nos índices de evasão entre os sexos, tal como demonstra o gráfico 3, a seguir:

GRÁFICO 3 – ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR POR GÊNERO



FONTE: Dados coletados na pesquisa

Para poder se combater ou evitar a evasão escolar é necessário que se faça um acompanhamento das faltas dos alunos para que se identifique os alunos faltosos, em especial, os fatores determinantes e, então, se tome as devidas providências a fim de evitar que esse aluno acabe por abandonar a escola. Todas as escolas que responderam ao questionário disseram que realizam algum tipo de procedimento quando identificadas faltas excessivas, ou seja, 100% delas (11 questionários). Em relação ao procedimento que é realizado na maioria das vezes pela equipe pedagógica e direção, as respostas não mudam muito, giram em torno de uma conversa com a família, comunicado ao Conselho Tutelar ou Núcleo de Educação e, em apenas um caso, é realizada visita domiciliar:

Um dos procedimentos é ligar para a família. Se não tem telefone, encaminha-se bilhete por algum colega. Se nenhuma das alternativas acima pode ser considerada, o Diretor faz uma visita à família. (E1)

Comunica a família e responsabiliza pela presença do aluno; Comunica por escrito o Conselho Tutelar; Comunica por escrito o Núcleo no setor responsável pelo FICA – Ficha de Comunicação de Aluno Ausente. (E2)

Comunicação aos pais ou familiar; Conselho Tutelar (FICA - Ficha de Comunicação de Aluno Ausente); Coordenação (Equipe pedagógica). (E3)

A Equipe Pedagógica procura fazer um contato por telefone ou um vizinho, convocando a família p/ vir ao Colégio. Não havendo o retorno do aluno, o que é raro, o caso é encaminhado aos órgãos competentes. (E4)

Os alunos são chamados à Coordenação para justificar o procedimento, leva o conhecimento dos pais e faz um acompanhamento de conscientização. (E5)

Informa a família e solicita providências para sanar o problema. Procedimento da Equipe Pedagógica e Direção. (E6)

Ligamos para os responsáveis, enviamos bilhetes por colegas e/ou enviamos a ficha do FICA ao Conselho tutelar (quando não conseguimos contatos ou não temos êxito. (E7)

Entra em contato com a família. Preenche a FICA – Ficha de Comunicação de Aluno Ausente (E8)

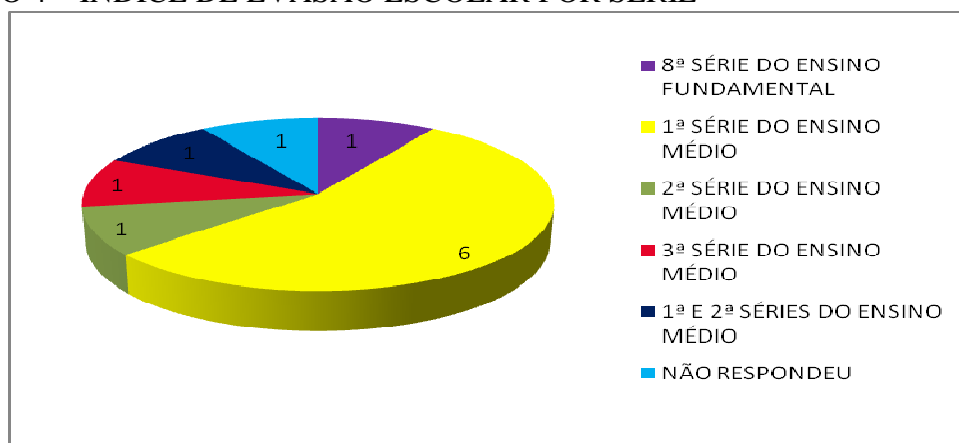
É comunicado aos pais ou responsável que os filhos não estão comparecendo as aulas, também em alguns casos mais extremos é comunicado ao conselho tutelar. (E9)

Acompanhamento dos alunos faltosos, havendo contato com os pais/responsável, além do diálogo inicial com o próprio aluno. Procedimento realizado pela Coordenação Pedagógica. (E10)

Diagnóstico dos motivos, depois é chamada a família para conscientização e motivação. (E11)

Quando ocorre desistência efetiva do aluno as providências também são conversas com os responsáveis - quando ainda são menores de idade - para tentar trazê-los de volta a escola e encaminhamento para o Conselho Tutelar. Aos maiores de idade é feita a conscientização e, em alguns casos, quando possível, realizam visita domiciliar. A desistência dos alunos, segundo os sujeitos da pesquisa, ocorre essencialmente após os 14 anos de idade, sendo que o maior índice encontra-se na primeira série do ensino médio. Segundo apurado nos questionários e demonstrado no gráfico 4, o maior índice de evasão escolar encontra-se entre os alunos da primeira série, fato apontado por 6 dos 11 sujeitos que responderam a pesquisa. As outras séries (8ª série do ensino fundamental, 2ª série do ensino médio e 3ª série do ensino médio) foram citadas por um sujeito cada uma como sendo as séries que mais apresentam evasão escolar. Um dos sujeitos da pesquisa não respondeu a questão.

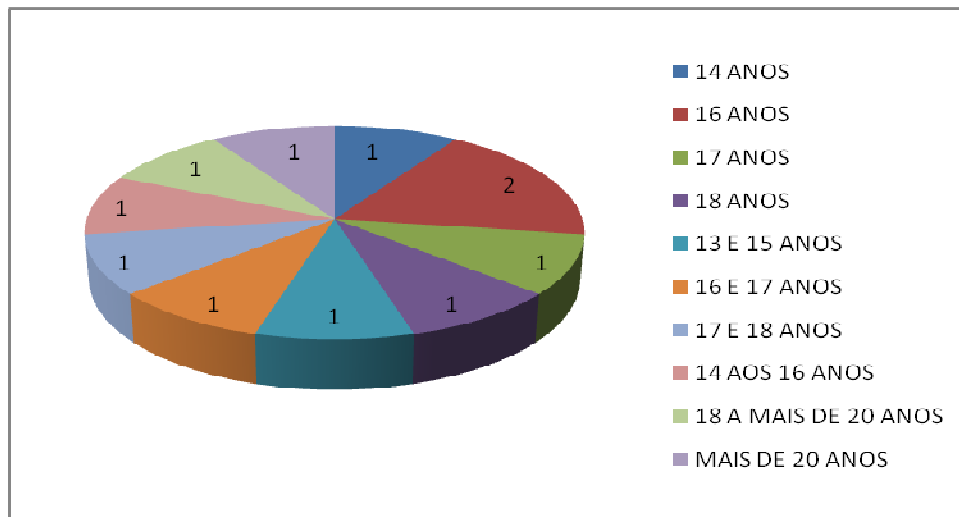
GRÁFICO 4 – ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR POR SÉRIE



FONTE: Dados coletados na pesquisa

O gráfico que segue mostra as respostas dos sujeitos em relação ao índice de evasão por idade, sendo que 2 deles apontam que o maior índice de evasão escolar está na faixa etária dos 16 anos de idade, 1 sujeito diz que o maior índice de evasão escolar está na faixa etária dos 14 anos de idade, 1 aponta os 17 anos de idade, 1 os 18 anos de idade, 1 aponta os 13 e os 15 anos de idade, 1 os 16 e 17 anos de idade, 1 os 17 e 18 anos de idade, 1 diz que o maior índice de evasão escolar está na faixa etária entre 14 e 16 anos, 1 diz que é dos 18 a mais de 20 anos de idade que a evasão mais tem ocorrência e 1 cita os 20 anos para mais como sendo a idade mais incidente de evasão escolar.

GRÁFICO 5 – ÍNDICE DE EVASÃO ESCOLAR POR IDADE



FONTE: Dados coletados na pesquisa

Pode-se perceber que é a partir dos 14 anos de idade que os dados de evasão escolar começam a ser mais perceptíveis, idade que coincide com a idade mínima legal permitida para o trabalho, como aprendiz, conforme a legislação do país. A idéia de que a maioria dos jovens tem de largar os estudos para trabalhar e, assim, ajudar a família a prover suas necessidades básicas se afirma quando a maioria das respostas sobre o motivo da evasão escolar vem à tona: o aluno trabalha para ajudar no sustento da família.

Apenas 8 das 11 escolas que devolveram o questionário responderam a questão que buscava saber o motivo da evasão escolar por ordem de prioridade, sendo que a tabulação dos dados levaram aos seguintes resultados: em 1º lugar, citado por 6 escolas, aparece o trabalho para ajudar a família; em 2º lugar, citado por 3 escolas, está a falta de interesse pela educação e, por duas escolas, a dificuldade de aprendizagem e a não participação da família na vida escolar dos filhos; em 3º lugar está a dificuldade de aprendizagem, citado por 3

escolas; em 4º lugar ficou o uso de drogas e problemas familiares (relacionamento), citados por 2 escolas.

Os dados também revelam um atraso na média de idade dos alunos que cursam o ensino médio. Há um considerável índice de evasão entre alunos de 18 a 20 anos de idade, o que comprova este fato considerando-se que a idade correta para se terminar o ensino médio é de 17 anos.

É nítido que os determinantes que levam o aluno a evasão escolar são provindos da problemática social relacionados à pobreza, desemprego, a falta de saúde e de alimentação digna e nutritiva capaz de fazer um organismo se desenvolver no âmbito de todas as capacidades, inclusive as mentais. Estas questões originam-se na sociedade desigual, cujas bases estão ligadas a exploração, a injustiça, a exclusão com raízes históricas e que não dão clareza aos pais sobre sua importância na vida educacional dos filhos e da importância dos estudos na vida de uma pessoa inserida nessa sociedade.

Outro fator importante é a renda familiar dos alunos que abandonam a escola. No caso desta pesquisa as respostas obtidas foram as seguintes: 6 dos 11 sujeitos da pesquisa que responderam ao questionário disseram que a renda familiar dos alunos que deixam a escola é de 1 a 2 salários mínimos; 1 respondeu que a renda familiar fica entre 2 a 3 salários mínimos; 1 respondeu de 1 a 3 salários mínimos; 1 afirmou que a renda fica abaixo de 1 salário mínimo; 1 afirmou que não é possível identificar uma renda específica e 1 não respondeu. A partir dos dados se observa que, na maioria dos casos os alunos que abandonam a escola são oriundos de famílias pobres, trabalhadores ou desempregados, cujos pais ou responsáveis também não tiveram acesso ao estudo suficiente para o exercício da cidadania e garantia dos direitos sociais. Este processo – falta de acesso e permanência na escola – contribui para a manipulação e o controle ideológico, político e econômico que o poder hegemônico (capitalista e político) exerce sobre a população analfabeta ou semi-analfabeta. E é assim, tendo um número assustador de evasão escolar e, logo, de semi-letrados, que os donos dos meios de produção continuam a controlar os trabalhadores, obrigados desde cedo servir a classe dominante para poder comer, trabalhar de dia para enganar a fome à noite.

Seguindo essa linha de raciocínio e com dados da pesquisa, tem-se a certeza de que o filho da elite não precisa abandonar seus estudos para trabalhar e ajudar a sustentar a família, pelo simples motivo de que isso não se faz necessário. Os donos dos meios de produção, através da exploração do trabalhador, conseguem prover as necessidades básicas e as supérfluas de seus familiares, além de, tendo clareza de que indivíduos alienados são passíveis de exploração, estimulam os filhos a estudar. Isso fica claro nas respostas dos

sujeitos da pesquisa quando perguntados se o índice de escolaridade dos pais influencia na permanência do filho na escola e no desenvolvimento escolar do aluno:

Sim. Por dois motivos: os pais que não estudaram incentivam os filhos a estudar para não passar dificuldade como estão passando. Os pais que tiveram oportunidade de estudar querem que os filhos seguem seu exemplo. (E1)

Sim. Quando a família é mais instruída, poderá instruir melhor seus filhos, do contrário não adianta apenas falar: estude pois não tive oportunidade, hoje estou sofrendo num trabalho mais pesado e não quero isso para você e o aluno percebe que mesmo assim seus pais estão ganhando a vida, falta perspectiva de vida melhor! (E2)

Sim e não. Isso não é questão de escolaridade dos pais e sim de consciência, como tem pais que não tiveram a oportunidade de estudar e fazem de tudo pro filho, permanecer na escola, e vice-versa. Tem aqueles que tem a escolaridade e no entanto a exigência ou assiduidade do filho não é um bom exemplo. (E3)

Sim. Os pais com uma escolaridade maior, já percebem que o filho precisa estudar mais do que eles próprios, pois o mundo da forma como evolui rápido, exige cada vez mais uma formação maior, assim incentivam os filhos a estudarem o quanto mais possível. (E4)

Sim. Os pais geralmente servem como paradigma para os filhos. Dependendo do grau de instrução se revela a intensidade da motivação com raras exceções. (E5)

Sim. Pois pais instruídos geralmente incentivam seus filhos a estudarem. (E6)

Sim. (E7)

Sim. Porque a maior escolaridade dos pais auxilia no esclarecimento e discernimento quanto a importância dos estudos. (E8)

Sim. A escolaridade dos pais e outros aspectos socioeconômicos, como renda familiar, condições de moradia, acesso a bens culturais e de consumo, geralmente influencia na permanência do aluno.

Quando os pais têm um grau maior de escolaridade, conseguem perceber a importância que a escola pode trazer para a vida de seus filhos, oportunizando condições futuras de trabalho e condições de vida melhor. Também tem uma participação maior na vida escolar do seu filho, cobrando mais estudos e desempenho melhor. (E9)

Sim. Por que quando os pais têm um nível cultural melhor, há maiores condições de diálogo com os filhos e orientação, inclusive de interpretação do mundo. (E10)

Sim. Porque os pais com maior índice de escolaridade valorizam e cobram a cada dia o desempenho dos filhos na continuidade dos estudos. (E11)

Vale dizer que apenas 5 das 11 escolas que responderam ao questionário tem em seu Projeto Político Pedagógico algo que explicita encaminhamentos ou procedimentos em relação a evasão escolar; 1 sujeito da pesquisa não respondeu à questão e, as outras 5 escolas, apesar de não terem ainda em seu PPP questões pertinentes à evasão escolar, dizem já estar pensando em algo para o ano seguinte ou mesmo que já realizam ações de combate e controle à evasão escolar, como pode-se perceber nas respostas:

Não. (Não tem em seu Projeto Político Pedagógico algo que explicita encaminhamentos ou procedimentos em relação à evasão escolar). (E1)

Sim. Já vem sendo feito e por isso nossos índices estão melhorando: palestras de orientação aos alunos no início do ano, valorização do desempenho individual e buscar resgatar o aluno que está se ausentando do colégio. (E2)

Não. O [...] pretende construir uma educação voltada para um indivíduo que é histórico, e portanto responsável pela sua vida objetiva e subjetiva. Uma educação capaz de fazer com que o educando se entenda como produtor de sua própria história, dialética que nem sempre possibilita transformações positivas para todos. (E3)

Não. Até o momento apenas constam dados referente à evasão, no entanto nenhum encaminhamento. Mas já está sendo discutido o tema e para o próximo ano algumas alternativas deverão ser implementadas. (E4)

Sim. É telefonado convidando os alunos para o retorno e feito o convite através de colega, visita domiciliar para ver o motivo de perto da desistência. (E5)

Sim. Trabalhar com a comunidade escolar para tentar sanar o problema da evasão, através de estudos, palestras e reuniões... (E6)

Sim. (E7)

(E8) Não respondeu a pergunta.

Não. (E9)

Não. Mesmo que o Colégio [...] não tem premiado no PPP e Regimento Escolar a questão de encaminhamentos toma providencias sempre através da Equipe Pedagógica que entra em contato via telefone com o aluno, pais/responsáveis, quando menor, encaminha uma ficha própria para o FICA, sempre na tentativa de resgatar o aluno. (E10)

Sim. Menores de idade: comunicação à família, preenchimento da ficha do FICA; encaminhamento ao Conselho Tutelar. Retorno e conscientização. Maiores de idade: comunicação à família e conscientização. (E11)

O que se percebe é que as ações ainda não surtem o efeito necessário, considerando-se os índices elevados de evasão escolar em boa parte das escolas. O que ocorre é que, muitas vezes, o motivo que leva o aluno a se ausentar da escola é muito mais urgente e necessário no momento do que a educação, a cidadania. Quando se tem fome não se pensa... É muito mais urgente matar a fome de si mesmo e de seus familiares do que pensar num futuro digno, cidadão. São as condições materiais de existência imediata que falam mais alto...

Quando questionados sobre as alternativas/proposições para evitar a evasão escolar, as respostas foram: reforma na escola para chamar a atenção dos alunos, maior participação da família na vida escolar do aluno, contratação de profissionais para realizar trabalhos junto ao aluno e sua família, cursos e carga de estudo adaptada à realidade dos alunos, aulas diferenciadas com estratégias de ensino motivadores, trabalho nos locais de estágio e remunerados, formação técnica e profissionalizante, ter uma equipe multidisciplinar, entre outras, tais como:

A partir do momento que os alunos não serão mais de alguma forma obrigados a freqüentar a Escola, a evasão escolar diminuirá. Assim somente, virá para a Escola aquele aluno que realmente quer estudar e não por outros motivos. (E1)

Estamos trabalhando e estudando muito para buscarmos alternativas para este desafio porém ainda não temos resposta! (E2)

Para o [...], isto só será possível a partir do momento em que a “escola” deixar de impor valores ideológicos e passar a incentivar a formação de indivíduos livres, que valorizem a sua existência e que em decorrência desta busquem todos os dias a sua construção. Esse é o desafio que o [...] decide aceitar, dispor de tentativas de superar/amenizar as intrincadas relações de desigualdade porque passa nossa sociedade. (E3)

Uma participação maior da família na vida escolar; contratação por parte do Estado de profissionais (psicopedagogos, etc) para realizar um trabalho junto ao aluno e a família. Legislação (aplicar) que favoreça momentos de dedicação ao estudo, p/ o aluno que estuda e trabalha (1 hora por dia a menos no trabalho). Como nosso problema com a evasão é apenas no turno noturno, penso que se faz necessário um trabalho diferenciado, tanto de orientação a família, como pedagógico. No entanto para isto faz-se necessário mais recursos humanos. Somente com investigação, pesquisa e um bom plano de ação pode-se obter algum resultado positivo. (E4)

A curto prazo nenhuma, porém se for feito um trabalho em rede comunitária, melhor distribuição de renda aumentando de número de profissionais para realizar um trabalho de base poderá surgir uma consciência de necessidade do saber acadêmico. (E5)

Trabalhar de acordo com os interesses dos alunos, principalmente no Ensino Médio. Cursos “realmente” profissionalizantes: eletricitista, pedreiro, mecânico, encanador, vendedor,... (E6)

Ter uma Equipe Multidisciplinar com (psicólogo, psicopedagogo, assistente social, fonoaudiólogo...), maior espaço físico para esporte, lazer e reforço escolar no contra turno, maior número de funcionários no administrativo e pedagógico para desenvolver projetos na área de informática, meio ambiente entre outros. (E7)

(E8) Não respondeu a pergunta.

A infra-estrutura da escola (salas de aula, biblioteca, laboratórios, quadra de esportes e sala de professores), seu estado de conservação e a existência e uso de equipamentos, tais como retroprojektor, computadores, televisão e vídeo, também são fatores associados ao desempenho dos alunos. (E9)

Este colégio iniciou em maio do corrente ano, um Projeto “Transformando o Ensino Noturno”, visando motivar os alunos a permanecer com prazer na Escola. As estratégias são: Merenda, Campeonato de Intervalos, Normas Gerais para professores, organização interna, palestras de orientação profissional e contra as drogas, uso dos Laboratórios de Informática e de Ciências, parcerias com Universidades (Qualificação Profissional para Estágios e Pré-Vestibulares), cinema educativo etc. O resultado tem sido bem positivo, percebe-se os alunos mais motivados e integrados com a Equipe Educacional e entre si. (E10)

*Cursos e carga de estudo adaptada à realidade dos alunos;
Aulas diferenciadas com estratégias de ensino motivadores;
Trabalho com horário de término suficiente para chegar à escola em tempo hábil; Trabalho nos locais de estágio e remunerados; Formação técnica e profissionalizante. (E11)*

O que se observa é que algumas escolas têm clareza de que o problema da evasão escolar não é algo que vai ser resolvido sem que haja uma mudança social, com maior distribuição de renda, diminuição da desigualdade, da exploração, da submissão ao capital.

Onde quer que se olhe se observa o que a falta de ensino e de oportunidade faz com alguns cidadãos: pessoas passando fome, frio, sem a menor condição de prover suas próprias necessidades básicas, a violência tomando níveis cada vez mais alarmantes e isso tudo certamente se relaciona com a educação no Brasil, ou melhor, a falta dela. É preciso ressaltar que estamos falando de uma educação que, historicamente, serviu e serve aos interesses da elite, ao modo de produção capitalista, portanto, não há interesse em implantar e implementar a educação como direito social para todos os cidadãos.

O que chama mais atenção e causa perplexidade é o descaso que as autoridades competentes desprendem para esse assunto. Esse descaso tem suas bases no próprio Estado que, aliado a elite econômico-política, busca manter esse padrão de controle sobre as pessoas

e, para tal, é necessário um sistema de ensino dual – uma para o trabalhador e outra para a elite -, para garantir que hajam pessoas sem educação, sem suas próprias opiniões, submissos ao poder estabelecido que, conseqüentemente, contribuem para a formação do exército industrial de reserva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este Trabalho de Conclusão de Curso, cujo tema é *Evasão Escolar: desafios do processo educacional*, buscou-se responder a um problema: *As expressões da “questão social” são fatores determinantes para a evasão escolar?*. Para tanto entendeu-se que era necessário compreender a história da educação brasileira, uma vez que a evasão escolar não pode ser apreendida como algo isolado, pontual, fragmentado. Faz parte de um processo cuja base tem sua gênese nos aspectos conjunturais – sociais, políticos, econômicos e culturais –, bem como, nos embates e interesses contraditórios que se fizeram e fazem parte da política social da educação. Assim, o primeiro Capítulo deste trabalho abordou a política social da educação, trazendo um resgate histórico da educação brasileira, dando ênfase aos principais acontecimentos econômicos, sociais e políticos que resultam na forma de como a educação é conduzida. Após o resgate histórico tratou-se de um dos principais problemas do sistema educacional brasileiro: a evasão escolar.

Ao final do Capítulo 1 abordou-se a relevância da inserção de profissionais do Serviço Social no campo educacional, visto que as expressões da “questão social” são fatores determinantes para a ocorrência da evasão escolar e que a “questão social” é objeto de intervenção destes profissionais.

Os dados da pesquisa empírica, realizada em 11 escolas de ensino médio da rede estadual do centro e bairros de Toledo–Paraná, foram apresentados no Capítulo 2 deste trabalho. Neste capítulo primeiramente se abordou os aspectos metodológicos da pesquisa, seguidos da apresentação e análise dos dados da pesquisa, esta que teve como sujeitos os diretores e coordenadores pedagógicos das escolas. Com a pesquisa pretendia-se saber quais eram os motivos que levam alunos a abandonar a escola – evasão escolar – e se estes têm ligação com as expressões da “questão social”.

Através da pesquisa teórica percebeu-se que a dualidade de ensino tem suas raízes ainda no início da história desse país e que, igualmente, o uso da educação para fins doutrinários que educa os indivíduos apenas para seguir a lógica do sistema capitalista, sem pestanejar. Este processo ainda, incrivelmente, perdura até os dias atuais, deixando para trás o fato de se ter a educação como um direito social e para a cidadania.

A legislação brasileira, no tangente à educação, determina o dever do Estado e da família na vida educacional da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu Capítulo IV, normativa o acesso ao ensino gratuito, bem como,

ressalta a responsabilidade dos pais matricularem seus filhos no Ensino Fundamental e que o Poder Público e os pais zelem pela frequência e permanência dos mesmos na escola. A Constituição Federal de 1988 traz, em seu artigo 6º, a educação como direito social. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) traz a esse respeito:

Art. 2º. A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2006a, p. 258).

O direito à educação e ao acesso e permanência na escola está garantido por lei, seja na Constituição Federal de 1988, seja no Estatuto da Criança e do Adolescente ou na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porém, o acesso e a permanência na escola de muitos cidadãos brasileiros continuam como promessa não efetivada. Os índices de evasão escolar das escolas pesquisadas demonstram isto: algumas apresentam índices de evasão maior que 30%. Mas é quando se pergunta sobre o motivo da evasão que se percebe o quanto esse problema é preocupante. Apenas 8 das 11 escolas que devolveram o questionário responderam a questão que buscava saber o motivo da evasão escolar por ordem de prioridade, sendo que a tabulação dos dados levaram aos seguintes resultados: em 1º lugar, citado por 6 escolas, aparece o trabalho para ajudar a família; em 2º lugar, citado por 3 escolas, está a falta de interesse pela educação e, ainda foram citados em segundo lugar por duas escolas a dificuldade de aprendizagem e a não participação da família na vida escolar dos filhos; em 3º lugar está a dificuldade de aprendizagem, citado por 3 escolas; em 4º lugar ficou o uso de drogas e problemas familiares (relacionamento), citados por 2 escolas.

Outro fator importante é a renda familiar dos alunos que abandonam a escola. No caso desta pesquisa as respostas obtidas foram as seguintes: 6 dos 11 que responderam ao questionário disseram que a renda familiar dos alunos que deixam a escola é de 1 a 2 salários mínimos; 1 respondeu que a renda fica entre 2 a 3 salários mínimos; 1 respondeu de 1 a 3 salários mínimos; 1 afirmou que a renda fica abaixo de 1 salário mínimo; 1 afirmou que não é possível identificar uma renda específica e 1 não respondeu.

A partir dos dados se observa que, na maioria dos casos, os alunos que abandonam a escola são oriundos de famílias pobres, trabalhadores ou desempregados. Observando os motivos pelos quais os alunos deixam a escola e a renda média das famílias destes alunos não se pode deixar de constatar que as expressões da “questão social” com certeza são fatores determinantes para a evasão escolar.

O grande problema é a desigualdade social e a exploração. Os filhos da classe trabalhadora têm de começar muito cedo a vender sua força de trabalho para poder se manter vivo e, dessa forma, continuar na escola é utopia para muitos. Têm de abdicar da escola para trabalhar em serviços que mal garantirão sua alimentação, como é o caso dos meninos e meninas que largam os bancos escolares para catar recicláveis, além de trabalharem em condições indignas. Portanto, a educação, como direito social, ainda não alcança toda sociedade brasileira e, por sua vez, não estão sendo atingidos os objetivos da educação, conforme previsto na Constituição Federal e na LDB/1996. Significa dizer que muitas crianças, adolescentes e jovens não estão tendo a chance de alcançar um diploma, principalmente a partir da segunda fase do ensino fundamental (5ª a 8ª séries) e ensino médio e, mais difícil ainda é o acesso ou permanência no ensino superior. A educação não está, para muitos brasileiros, atendendo a prerrogativa de direito social para que consigam condições mais dignas de trabalho, de vida e de cidadania.

Pensada como expressão da “questão social” que acarreta enormes perdas à classe trabalhadora, que é quem mais usufrui do sistema educacional público por não ter condições de arcar com os gastos de um sistema privado, a evasão escolar constitui também objeto de estudo e trabalho do Serviço Social. Também, considerando-se a evasão escolar como expressão da “questão social”, passa a ser relevante o trabalho do Serviço Social em relação a este tema e outros que se mostram relevantes dentro do sistema educacional.

A contribuição do Serviço Social no âmbito educacional é imensa, visto que um profissional Assistente Social tem a possibilidade de realizar projetos sociais, indicando possíveis alternativas para problemas sociais vividos por muitos educandos, inseridos em um processo de conquista de cidadania e emancipação humana de suas famílias, a própria escola e, conseqüentemente, sua comunidade.

Assim, o êxito do Serviço Social escolar está na possibilidade em gerar meios para a efetivação de um trabalho em conjunto, articulando formas de engajamento com a comunidade escolar, buscando novas alternativas de intervenção, analisando as situações em um contexto de acumulação de capital e de divisão de classes sociais e localizando a prática profissional dentro dessa totalidade. Dentre uma das competências do Serviço Social em escolas está a formulação de projetos que tenham como objetivo o combate e prevenção da evasão escolar.

Sobre os objetivos da pesquisa, tendo como Objetivo Geral *“Identificar as variáveis que contribuem para a evasão escolar e compreender sua relação com as expressões da “questão social”* e, como Objetivos Específicos: *conhecer o movimento sócio-histórico e político da história da educação brasileira; identificar as expressões da “questão*

social” no contexto escolar; analisar os dados qualitativos da evasão escolar nas escolas de ensino médio públicas da cidade de Toledo/PR no período de 2006-2007; apreender a importância do trabalho multidisciplinar, em especial do Serviço Social no espaço escolar, pode-se dizer que se obteve êxito no propósito colocado.

Esta pesquisa pode ser encarada como instrumento social relevante, visto que, a partir de seus objetivos e realização, trouxe a tona os motivos pelos quais a evasão escolar apresenta índices tão elevados, contribuindo ou desmitificando alguns conceitos preexistentes, além de mostrar o perfil dos alunos que por vários motivos se evadem da escola. Tendo claro que para poder se combater e prevenir algo é necessário previamente se ter conhecimento dos motivos que o levam a acontecer, pode-se dizer que esta pode vir a contribuir na elaboração de projetos de intervenção na área educacional visando a diminuição dos índices de evasão escolar. A pesquisa é a forma que se tem de materializar a produção do conhecimento, assim, a pesquisa vem para que se possa criar teorias que respondam a problemas reais, teorias essas que possam ser aplicáveis e que tragam respostas as problemáticas que permeiam a sociedade, em especial, a evasão escolar.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **“O Serviço Social na educação”**. Revista Inscrita, N. 6, Brasília, CEFESS, 2000.
- ALENCAR, Chico; CARPI, Lucia; RIBEIRO, Marcus Venício. **História da Sociedade Brasileira**. 14. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1996.
- AMARO, Sarita Teresinha Alves; BARBIANI, Rosangela; OLIVEIRA, Maristela Costa de. **Serviço Social na escola: o encontro da realidade com a educação**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1997, p. 33 a 81.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. **História da Educação**. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- BOITO JUNIOR, Armando. **A hegemonia neoliberal no governo Lula**. Artigo publicado na revista Crítica Marxista, n.17, Rio de Janeiro: Revan, 2003. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/unicamp/Governo_Lula.pdf> acesso em: 01/ago/2008.
- BRASIL. Arquivo Nacional. **Os Presidentes e a República: Deodoro da Fonseca a Luiz Inácio Lula da Silva**. 2. ed. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2003.
- BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). In: **Assistência Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS, 7ª região/RJ, 4. ed. – 5ª reimpressão, Lidador LTDA, Rio de Janeiro, 2006a.
- BRASIL, Lei de regulamentação da profissão. In: **Assistência Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS, 7ª região/RJ, 4ª edição – 5ª reimpressão, Lidador LTDA, Rio de Janeiro, 2006b.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1934**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%E7ao34.htm> acesso em: 17/jun/ 2008a.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1937**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>> acesso em: 17/jun/2008b.
- BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1961**. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75529>> acesso em: 19/jun/2008c.
- BRASIL. **Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988**. – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com alterações adotadas pelas emendas constitucionais de n.1, de 1992, a 32, de 2001, e pelas emendas constitucionais de revisão de n.1 a 6, de 1994. -17. Ed. - Brasília: 405p. - (serie textos básicos; n.25).
- BRASIL, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). In: **Assistência Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS, 7ª região/RJ, 4ª edição – 5ª reimpressão, Lidador LTDA, Rio de Janeiro, 2006.

BRASIL, Código de ética profissional. In: **Assistência Social: Ética e Direitos**. Coletânea de Leis e Resoluções. CRESS, 7ª região/RJ, 4ª edição – 5ª reimpressão, Lidador LTDA, Rio de Janeiro, 2006.

CANCIAN, Renato. **Recessão e reeleição**. (200?). Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/historia-brasil/ult1689u75.jhtm>> acesso em: 31/jul/2008.

CFESS. **Parecer Jurídico 23/00 de 22 de outubro de 2000**. Disponível em: <www.cfess.org.br> acesso em 22/jul/2007.

CIGNOLLI, Alberto. **Estado e força de trabalho**. Introdução a política social no Brasil. Tradução de Julio Assis Simões. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1985.

COTRIM, Gilberto. **História do Brasil: para uma geração consciente**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 1989.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da educação**. 2. ed. ver. São Paulo: Cortez, 1994.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1987.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISA EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Sinopse estatística da educação básica. Disponível em <<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>> acesso em: 15/set/2008.

KOSHIBA, Luiz; PEREIRA, Denise Manzi Frayze. **História do Brasil**. 7. ed. São Paulo: Atual, 1996.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MEDEIROS, Marcelo de Matheus. **A história da educação no Brasil: os anos de 1980 e 1990**. Publicado em novembro de 2007. Disponível em: <<http://pt.shvoong.com/social-sciences/education/1709571-hist%C3%B3ria-da-educa%C3%A7%C3%A3o-brasil-os/>> acesso em: 31/jul/2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “questão social”**. In: ABEPSS. *Temporalis* nº3, 2001. p. 41 a 49.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

PARAGUASSU, Lisandra. **Evasão escolar cresce entre os beneficiados do bolsa-família**. O Estado de São Paulo. São Paulo, 08/mar/2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/nacional/not_nac136993,0.htm> acesso em 04/set/2008.

PASQUALOTTO, Lucielle Cristina. **Capitalismo e educação**. 2006. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/viewFile/354/267>> acesso em: 31/jul/2008.

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **Filosofia e história da educação**. São Paulo: Ática, 1991.

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea. **Educação, trabalho e cidadania**. Artigo publicado na Revista Faz Ciência, 08,01 (2006) pp. 291-306 UNIOESTE ISSN 1677-0439.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar: para se pensar na inclusão escolar**. 200?. Disponível em: <www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf> acesso em: 03/set/2008.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA, Eurides Brito da. **O Conselho Nacional de educação e a regulamentação da educação básica**. In: ROCHA, Anna Bernardes da Silveira, et al. *A Educação Básica pós-LDB*. São Paulo: Pioneira educação, 2003. p. 13-25.

SKIDMORE, Thomas E. **Uma história do Brasil**. Tradução de Raul Fiker. 3. ed. São Paulo: Paz e terra, 1998.

TREVISAN, Leonardo. **Estado e educação na história brasileira (1750/1900)**. São Paulo: Moraes, 1987.

XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da educação: A escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 1993.

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE	
CURSO: Serviço Social	
ACADÊMICA: Kelsen Aline Kassburg	
E-mail para contato: kelsenkassburg@hotmail.com	
Telefone para contato: (45)33785109 – (46)91066111	
PROFESSORA ORIENTADORA DO TCC: Profa Ms. Ineiva Terezinha Kreutz Louzada	
TEMA: “ <i>Evasão Escolar: desafios do processo educacional</i> ”	
OBJETIVO GERAL DA PESQUISA: “identificar as variáveis que contribuem para a evasão escolar e compreender sua relação com as expressões da “questão social”.	
INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS: Questionário	
PÚBLICO ALVO: Diretores das escolas Públicas Estaduais – Ensino Médio	
DATA DA ENTREVISTA: ___/___/2008	Nº DA ENTREVISTA: _____

INFORMAÇÕES:

Agradecemos seu empenho em participar desta pesquisa que tem como objetivo contribuir e construir conhecimentos acerca da evasão escolar no município de Toledo. As perguntas abaixo poderão ter respostas múltiplas. Portanto, se o(a) Sr(a) assim entender, poderá marcar o “x” em mais de uma resposta.

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO

1. Nome da Instituição de Ensino:

2. Endereço da Escola:

3. Qual é a sua função/responsabilidade na escola?

<input type="checkbox"/> Diretor(a)	<input type="checkbox"/> Professor(a)	<input type="checkbox"/> Psicopedagoga
<input type="checkbox"/> Administrativo	<input type="checkbox"/> Outro. Qual?	

4. Qual é sua formação acadêmica?

5. Há quanto tempo atua na área educacional?

6. Caracterize sob aspecto econômico e social o bairro em que a escola está inserida e dos alunos da escola?

7. Quando identificados pela escola alunos/famílias em situação de vulnerabilidade social quais são os procedimentos tomados pela escola?

8. Quando identificado faltas excessivas de alunos da escola é realizado algum procedimento? () sim () Não

8.1 Se sim, qual procedimento e quem faz?

9. Quando há a desistência efetiva do aluno é realizado algum procedimento para que o mesmo retorne a escola? () sim () Não

9.1 Se sim, qual procedimento e quem faz?

10. A escola tem índices de evasão escolar? () sim () não

11. O maior índice de evasão escolar está entre do sexo: () Masculino () Feminino

12. O maior índice de evasão escolar está na faixa etária entre:

- () 13 anos () 14 anos () 15 anos () 16 anos
() 17 anos () 18 anos () 19 anos () 20 anos
() mais de 20 anos de idade

13. O maior índice de evasão escolar está em qual das séries:

1ª série do ensino médio 2ª série do ensino médio 3ª série do ensino médio

14. Responda por ordem de prioridade, com número de 1 a 14, quais são os motivos, de acordo com seu entendimento, que contribuem para que os alunos abandonem a escola?

<input type="checkbox"/> O aluno trabalha para ajudar a família	<input type="checkbox"/> Inexistência de práticas pedagógicas que prendam a atenção e o interesse do aluno
<input type="checkbox"/> Dificuldades de aprendizagem	<input type="checkbox"/> Uso de drogas
<input type="checkbox"/> Falta de interesse pela educação	<input type="checkbox"/> Problemas familiares - relacionamento
<input type="checkbox"/> Dificuldades de acesso à escola	<input type="checkbox"/> Violência no interior da escola
<input type="checkbox"/> Não adaptação a escola	<input type="checkbox"/> Não participação da família na vida escolar do educando
<input type="checkbox"/> Falta de consideração, por parte da escola, do capital cultural de cada aluno, o que leva o mesmo a não se sentir parte integrante do sistema educacional	<input type="checkbox"/> Violência doméstica, abuso sexual
<input type="checkbox"/> Pais desempregados	<input type="checkbox"/> Falta de moradia digna
<input type="checkbox"/> Outros Qual (is)?	

15. Nos casos de evasão escolar, é possível fazer uma identificação da renda familiar dos alunos que abandonam a escola?

<input type="checkbox"/> Menos de 1 salário mínimo	<input type="checkbox"/> 1 a 2 salários mínimos	<input type="checkbox"/> 2 a 3 salários mínimos
<input type="checkbox"/> 3 a 4 salários mínimos	<input type="checkbox"/> 4 a 5 salários mínimos	<input type="checkbox"/> Mais de 5 salários mínimos

16. O índice de escolaridade dos pais influencia na permanência do filho na escola e no desenvolvimento escolar do aluno? Sim Não

Por quê?

17. No Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola tem algo que explicita encaminhamentos ou procedimentos em relação a evasão escolar? () sim () Não

15.1 Se sim, qual procedimento de acordo com o PPP?

18. Quais seriam as proposições/alternativas que você apresentaria para evitar a evasão escolar dos alunos?